

Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro DMIRN/FOIRN

As mães do DMIRN

Conquistas e Desafios



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS



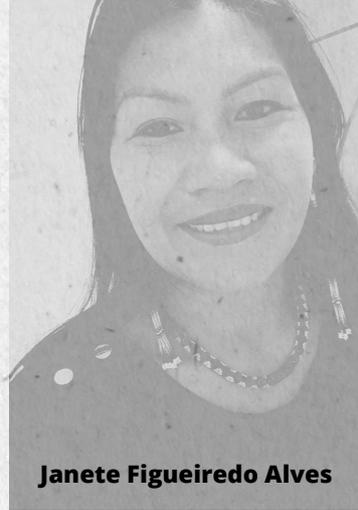
Gilda da Silva Barreto



Rosane Gonçalves Cruz



Larissa Y Padiho Mota Duarte



Janete Figueiredo Alves



Anair da Silva Sampaio



Francineia Bitencourt Fontes



Zilma Henrique Melgueiro



Marilda Selma Ferreira



Idária da Silva Barreto



Cleocimara Reis Gomes



Maria Lindalva Fontes Olímpio



Rosilda Cordeiro da Silva



Cecilia Barbosa Albuquerque



Ma. do Rosário Piloto Martins



Elizangela da Silva Costa



Belmira da Silva Melgueiro

Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro/FOIRN

AS MÃES DO DMIRN

Conquistas e Desafios

Manaus/2024



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Copyright © 2024 Universidade Federal do Amazonas

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Diretor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Organização

Flávia Melo

Revisão

Bruno Tadeu Moraes

Fotografia

José Miguel Nieto Olivar

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz — Université de Versailles

Antônio Cattani — UFRGS

Alfredo Bosi — USP

Arminda Mourão Botelho — UFAM

Spartaco Astolfi — UFAM

Boaventura Sousa Santos — Universidade de Coimbra

Bernard Emery — Université Stendhal-Grenoble 3

César Barreira — UFC

Conceição Almeida — UFRN

Edgard de Assis Carvalho — PUC/SP

Gabriel Conh — USP

Gerusa Ferreira — PUC/SP

José Vicente Tavares — UFRGS

José Paulo Netto — UFRJ

Paulo Emílio — FGV/RJ

Élide Rugai Bastos — UNICAMP

Renan Freitas Pinto — UFAM

Renato Ortiz — UNICAMP

Rosa Ester Rossini — USP

Renato Tribuzy — UFAM

Ficha catalográfica elaborada pela Editora da UFAM - EDUA

C837m COSTA, Elizângela da Silva; MELO, Flávia (Org.).

As mães do DMIRN: conquistas e desafios – Manaus: EDUA, 2024.

71 p.; 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-65-5839-204-0

1. Mulheres indígenas. 2. Movimento indígena. 3. Movimento de mulheres. 4. Alto Rio Negro. 5. Biografias. I. Costa, Elizângela da Silva. II. Melo, Flávia.

CDD 305.48

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, no 6200 Coroado I, Manaus/AM

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bloco L, Setor Sul

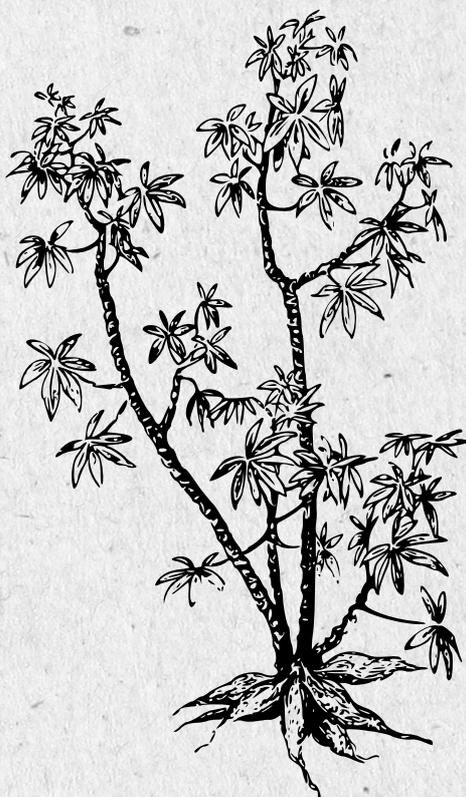
Fones: (92) 3305 4291 e 3305 4290

<http://edua.ufam.edu.br/> | E-mail: ufam.editora@gmail.com

DEPARTAMENTO DE MULHERES
INDÍGENAS DO RIO NEGRO

20 anos

Publicação alusiva aos 20 anos do
Departamento de Mulheres Indígenas
do Rio Negro/FOIRN
(2002-2022)



Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro/FOIRN



Organizadora

Flávia Melo

Escritora

Elizângela da Silva Costa

Autoras

Almerinda Ramos de Lima

Anair da Silva Sampaio

Belmira da Silva Melgueira

Cecília Albuquerque

Cleocimara Reis Gomes

Cristine Victoria Campos

Elizangela da Silva Costa

Floriza Goes

Francineia Bitencourt Fontes

Gilda da Silva Barreto

Glória de Braga Rabelo

Idária da Silva Barreto

Janete Figueiredo Alves

Larissa Ye´ Padiho Mota Duarte

Madalena Fontes Olímpio

Maria das Dores Azevedo Barbosa

Maria do Rosário Piloto Martins

Maria Lindalva Fontes Olímpio

Maria Miquelina Barreto Machado

Marilda Selma Florisbela Ferreira (em memória)

Odimara Ferraz Maros

Rosane Gonçalves Cruz

Regina Pedrina Aragão Sales

Rosilda Maria Cordeiro da Silva

Rosilene Fonseca

Rosimeire Teles

Sandra Gomes Castro

Zilma Henrique Melgueiro

2024

Mulheres que marcham
A marcha para um mundo melhor
A marcha com os pés firmes no chão
A marcha para amenizar a dor
A marcha com entrelaçar das mãos
Mulheres nativas de todo Brasil
Mulheres Indígenas de todo lugar
Mulheres juntas com coração a mil
Mulheres com vozes a cantar
Pés no chão lutando pelo seu lugar
Mãos entrelaçadas garantindo a segurança
Mulheres que não têm medo de lutar
Mulheres que têm uma grande esperança
Esperança na mãe natureza
Dos rios que nos cercam
Da floresta que nos embelezam
Dos animais que nos alimentam
Marchamos para proteger nossa mãe terra
Marchamos para proteger a nova geração
Marchamos para garantir nossos direitos
Marchamos para mostrar que existimos
Marcha de existência
Marcha de resistência
Somos mulheres
Somos guerreiras
Somos a mãe natureza
Seguiremos marchando por todas as mulheres

Vanda Cardoso
19/11/1982 ★ 15/11/2022





Sumário

| | |
|--|----|
| Prefácio | 10 |
| Apresentação | 11 |
| O mito de Amaró e as mulheres | 12 |
| (1987) Mulheres na Gestaçã | 17 |
| (2000-2001) Cuidados com a Gestaçã | 19 |
| (2002-2006) O Nascimento | 22 |
| O Território | 25 |
| As Mães-Amaró do DMIRN | 31 |
| • <i>Cecília Albuquerque, Etnia Piratapuiã (2002-2004)</i> | 32 |
| • <i>Idária da Silva Barreto, Etnia Baré (2002-2004)</i> | 33 |
| • <i>Zilma Henrique Diniz (2005-2005)</i> | 37 |
| • <i>Cecília Albuquerque, Etnia Piratapuiã (2005-2007)</i> | 38 |
| • <i>Wariró</i> | 39 |
| • <i>Maria Lindalva Fontes Olímpio, Etnia Baniwa (2005-2007 e 2008-2010)</i> | 42 |
| • <i>Marilda Selma Florisbela Ferreira (2008-2009)</i> | 45 |
| • <i>Rosane Gonçalves Cruz, Etnia Piratapuiã (2010-2013)</i> | 45 |
| • <i>Anair da Silva Sampaio, Etnia Tukano (2010-2013)</i> | 46 |
| • <i>Francineia Bitencourt Fontes, Etnia Baniwa (2014-2016)</i> | 48 |
| • <i>Rosilda Maria Cordeiro da Silva, Etnia Tukano (2015-2016)</i> | 50 |
| • <i>Elizangela da Silva Costa, Etnia Baré (2017-2020)</i> | 51 |
| • <i>Janete Figueiredo Alves, Etnia Desana (2017-2020)</i> | 53 |
| • <i>Campanha 'Rio Negro, Nós Cuidamos'</i> | 54 |
| • <i>Larissa Ye 'Padiho Mota Duarte, Etnia Tukano (2021-2022)</i> | 58 |
| • <i>Maria do Rosário Piloto Martins, Etnia Baniwa (2021-2022)</i> | 59 |
| • <i>Belmira da Silva Melgueiro, Etnia Baré (2022)</i> | 62 |
| Memórias dos Encontros de Mulheres Indígenas do Rio Negro | 65 |
| Organizações associadas ao DMIRN/FOIRN | 67 |
| Seguir Lutando | 68 |

Prefácio

Com este livro preciosamente elaborado nos juntamos à celebração dos 20 anos do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN). Trata-se de uma festa particularmente importante porque, como poderão ver, ela brota e floresce desde terras enriquecidas pela força do conhecimento, à sombra dos grandes sóis, à luz do fogo baixo e constante dos anos e das boas risadas-entre-cunhadas.

Nesta festa, e depois de ter liderado a resposta regional à pandemia da COVID-19, as mulheres rionegrinas celebram uma história extremamente bem sucedida de organização que é marcante para a região e para o Brasil. Elas são, apesar de todos os obstáculos e bloqueios, uma emergência política de especial consistência, coerência e confiabilidade para a luta indígena. Em tempos em que as paisagens da grande política e as paisagens das ambições econômicas dos homens e dos brancos se enlaçam e confundem uma e outra vez avançando-nos para o fim do mundo, as mulheres indígenas do Brasil inteiro continuam se afirmando como grandes tecedoras de mundos melhores. Lutadoras de guerras e políticas desses melhores mundos que já existem, tecedoras de histórias mais generosas, as mulheres indígenas do Brasil inteiro encontram, ou podem encontrar, nas histórias que fertilizam os 20 anos do DMIRN, uma fonte de inspiração, de apoio, de aliança efetiva e afetiva.

Esse livro foi costurado pacientemente por muitas mulheres que, de formas diversas, pariram e parem o DMIRN e a FOIRN. Foi feito cruzando palavras e afetos, corpos e histórias, ruas e rios, manivas, pimentas e chibés, pela mão potente de Elizângela da Silva Costa, indígena Baré, liderança regional, fazedora de cestos de conhecimentos e de alimentos, coletora cuidadosa de lembranças, compositora febril de histórias e conceitos. Com o apoio da Profa. Flavia Melo, da UFAM, e com a fé, o tempo e a parceria de todas as que aqui estão, e outras tantas cuja luz a guia, Elizângela levou adiante a escrita desse livro que hoje celebramos e que ajuda a registrar uma história que para todes que chegamos perto é uma potência incontível de aprendizado político, antropológico, ético, epistêmico.

Parabéns ao Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro nos seus 20 anos de teimosia e luta, de convicção, consistência e conhecimento!

José Miguel Nieto Olivar

Coordenador do projeto-rede: Cosmopolíticas do Cuidado no fim-do-mundo.

Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo

Apresentação

Os povos indígenas são compostos por oralidades e práticas. As vivências indígenas são um conjunto de ideologias místicas, cantos, histórias e lendas complexas com pouca explicação, pois as nossas sabedorias indígenas são conhecimentos transmitidos por práticas do dia-dia. Assim, os ensinamentos tradicionais são repassados conforme as nossas vivências nas nossas culturas e nos nossos territórios. Em virtude da oralidade, temos poucos registros escritos sobre a educação tradicional, a saúde tradicional e a organização social e política das nossas lutas por reconhecimento territorial e de direitos.

Este livro é um esforço de passar para o papel a memória das minhas vivências e das de outras mulheres indígenas rionegrinas no dia-a-dia do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN), organização feminina da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN). Eu sou Elizângela do Povo Baré. Eu nasci e cresci no meio da cultura. O que escrevo aqui são vivências; todas guardadas no meu aturázinho, no meu cesto de conhecimentos. E agora, uma parte delas escritas nesse papel.

Elizângela da Silva Costa
Escritora do Livro



O MITO DE AMARÓ E AS MULHERES

Escutei esse mito, contado pelo meu pai, em nheengatu, e o escrevi em português. Laurindo Gomes da Costa, benzedor, filho de benzedor, conhecedor das plantas, das rezas para as crianças, para a mulher ter bebê. Sabe como fazer o Dabukuri, sabe benzer do início até o final. Do povo Baré, morador da Terra Indígena Cue-Cue Marabitanas, ele nasceu no sítio Santa Ana. Tem 65 anos e é filho do senhor Acioli Costa e da senhora Jovelina Gomes, ambos do povo Baré. O meu avô foi uns dos conhecedores mais importantes da região. Em virtude desse conhecimento, o meu pai também se tornou um dos grandes sábios e conhecedores da tradição Baré. Ele domina o bezimento e conhece muitas plantas medicinais; é uns dos senhores que fabrica canoas, remos, aturás, peneiras, tipitis. É conhecedor das danças tradicionais como Embaúba, Macaquinho e Wakará. Seu nome de benzimento se chama Tuyuémirim, que significa velhinho.

Hoje, o pai continua em seu sítio. Ele presenciou a chegada da empresa Paranapanema, Queiroz Galvão à nossa região (ANOS) e vivenciou as chamadas comunidades rurais (anos) onde a FUNAI cuidava das comunidades e sítios no Rio Negro. Por um tempo foi criador de boi e porco. Até hoje no seu sítio tem um enorme campo cheio de capim, comida dos bois. Ele diz que esse capim era distribuído junto com os bois e deixados em comunidades e sítios.

"Para os povos Baré, a criação do universo se deu no local chamado de Rio Inirida, na Colômbia. Lá, na nascente desse rio, tem uma enorme montanha chamada de Serra de Inirida, início da vida. Essa serra é composta por cavernas e o rio que passa por debaixo da montanha. Lá na ponta tem um buraco (furo) que cai nesse rio. O meu pai conta que "sempre existiram as Flautas Sagradas (Avôs do Universo), dois espíritos poderosos. Sem saber quem era o homem ou a mulher, eles eram criadores dos seres existentes no mundo. Um de cada lado, esquerdo e direito, da Serra do Inirida; o buraco os separava. Dali foram criando os seres do mundo e do universo". O que estou escrevendo aqui é um dos trechos de benzimentos utilizados pelo pajés curadores da vida e os que resguardam vidas e espíritos dos seres do mundo.

Essas duas flautas criaram os seres do universo; as árvores, os animais, os pássaros, os igarapés, os lagos, o sol, as estrelas, as noites, as frutas comestíveis, os animais peçonhentos, etc. Tudo foi criado por essas duas flautas. Com o tempo, os dois espíritos poderosos viram que a sua criação precisava de alguém para cuidar. Então começaram a fazer o resguardo da vida. Assim foi feito: mais de 10 anos de jejum para resguardo, benzendo toda a criação, e preparando a chegada dos seres humanos. As duas flautas combinaram que depois de todo o benzimento formando o espírito dos humanos, quem iria pular no rio do Inirida seria a flauta que ficava na margem esquerda, e depois a da margem direita.

Mas quando chegou o dia, quem pulou primeiro no buraco da serra do Inirida foi a Flauta da margem direita. Desse pulo nasceram os humanos brancos. Depois, pulou a Flauta da margem esquerda, nascendo, assim, os povos originários e os negros.

Quando as Flautas viram o nascimento dessas tribos em que brancos, indígenas e negros estavam todos juntos, elas não sabiam como cuidar. Então, dividiram através de benzimento e separaram os seres humanos entre mulheres (chamadas de Amaró) e homens (chamados de Napirikurí). Todos eram inocentes, viviam sem distinção, compartilhando toda a sabedoria deixada pelos seus avós. Durante esse benzimento de separação, meu pai me disse que os avôs do mundo criaram outra flauta sagrada, chamada de Santo Mé: uma linda mulher guardiã dos conhecimentos femininos para ajudar a mãe Amaró a cuidar de suas filhas e da criação do mundo.

Ao entregar o mundo para Amaró e Napirikurí, o avô do mundo entregou o Pilão da Vida para Amaró cuidar. Por isso é que as mulheres são o útero da vida, multiplicadoras da vida humana. A esse pilão o meu pai chama de Umbigo do Mundo. Nesse pilão, todos os dias, ao meio dia, Santo Mé batia três vezes. Naquele tempo não existia noite, somente o dia. Ao passar do tempo, Amaró pediu para Santo Mé chamar o outro avô do universo, chamado Yuri (Juruparí), outra flauta deixada pelos avôs do mundo. Amaró queria que suas filhas fossem benzidas pelo avô do universo (Yuri), porque elas precisavam aprender mais coisas para cuidar da criação. Assim, Santo Mé foi avisar sobre o recado de Amaró, pedindo para ele descer do ar para a terra, para fazer o primeiro benzimento para as filhas da Amaró. Por isso as mulheres são detentoras dos diversos conhecimentos, por terem recebido o primeiro benzimento do avô do universo.

O avô do universo desceu na hora e dia marcados, depois de ter feito seu jejum por dez anos, para fazer o primeiro Kariãma na terra. Até hoje, o Kariãma é conhecido como Cesto de Conhecimentos deixado pelo avô do mundo e cada povo tem o seu cesto conforme o benzimento. Por isso, atualmente, os conhecimentos dos povos originários são diversos e os dos brancos e dos negros também. Nesse primeiro benzimento no mundo, os espíritos das filhas de Amaró foram benzidas logo, porque foi ela quem teve a iniciativa. Mas os filhos de Napirikurí também foram benzidos.

Durante esse benzimento, nesse Kariãma, ele benzeu o espírito de todos os seres criados pelas flautas sagradas, deixando a sabedoria de cuidar para os seres humanos. Por isso que os seres humanos são os que modificam os espaços onde eles residem. Tem coisas que só os homens sabem fazer porque na hora do benzimento as filhas da Amaró dormiram; e tem coisas que só as mulheres sabem fazer porque os filhos do Napirikurí dormiram.

Teve momento em que os dois dormiram, por isso a morte não tem cura; na hora desse benzimento todos adormeceram. Todos participaram desse primeiro benzimento e Yuri deixou cestos de conhecimentos para cada filha e filho de Amaró e Napirikurí.

O avô do mundo pediu para Santo Mé falar para Amaró que quando ele descesse para terra o sol iria apagar; foi assim que surgiu a noite (escuridão). O benzimento iria durar cerca de três noites e precisavam fazer muito cigarro de barurí (tipo de tabaco para fumar durante o benzimento), pimenta defumada, cera de breu ou resina de xicanta e caxiri. Por isso, até hoje, utilizamos essas resinas para a proteção da vida e proteção das doenças. Elas foram muito utilizadas contra a COVID-19, principalmente pelas mulheres indígenas rionegrinas.

Ao terminar esse benzimento o avô do mundo retornou para sua casa, deixando o Pilão da Vida na responsabilidade de Santo Mé e da mãe Amaró. Todos os dias, ao meio dia, esse pilão era batido três vezes. Por isso, até os dias de hoje, o benzimento é feito três vezes ao dia respeitando a tradição. Quando uma criança recém-nascida está com quebranto, a mesma é benzida às 6h da manhã, ao meio dia e às 6h da tarde. Até mesmo os medicamentos são consumidos com essa orientação, porque na criação e no benzimento isso foi definido.

Um certo dia, a filha mais linda da Amaró pegou o Pilão da Vida sem que Santo Mé e sua mãe vissem. Levou o pilão até a beira de um igarapé e começou a bater três vezes, fazendo surgir o Majuba, um homem mais bonito do que os filhos da Napirikurí. A filha de Amaró teve a primeira relação sexual com ele, e foi morar com esse homem que ela criou no fundo do rio, onde surgiram outros tipos de vidas humanas nascidas de uma barriga de mulher. Esse foi o castigo recebido pela mãe Amaró pela temosia de uma de suas filhas. As mulheres se transformaram no útero da vida, multiplicando vidas e mais vidas, até os dias atuais.

Quando Napirikurí soube que existiam outros iguais a ele e aos seus filhos, ele ficou com raiva de sua irmã, dizendo que ela não servia para cuidar do Pilão da Vida (Flauta Sagrada). Assim surgiu a separação da Amaró e Napirikurí. Por causa da teimosia de uma das suas filhas caçulas, Amaró, sua mãe, começou a ser perseguida pelo irmão Napirikurí. Ela começou a fugir do irmão, indo primeiro para o cabeceira do Rio Xié, morando anos por lá, até quando soube que ele estava chegando ao seu esconderijo. Durante a sua vivência no Xié, Amaró deixou muitas sabedorias naquele território, principalmente para as mulheres de etnia Werekena, grandes produtoras de beiju e farinha. Deixou também frutas de piaçaba, patawa, cipó, inajas, prata e diversos tipos de ouros.

Por isso, nessa região, há muitas riquezas minerais. Mesmo assim, Amaró não conseguiu matar seu irmão. Todo veneno deixado para ele não foi suficiente, porque Napirikurí tinha o mesmo conhecimento que sua irmã. Ainda hoje temos muitas plantas para fazer o bem e para fazer o mal.

Amaró fugiu para a cabeceira do Rio Içana. Chegou ao local chamado Juruparí Cachoeira, Matapí Cachoeira, mas esse local estava resguardado por um enorme relâmpago e, para passar nesse local, ela realizou o primeiro Dabucurí, chamando a flauta Kuwai (avô do Povo Baniwa) para ajudá-la a passar. O Juruparí Cachoeira está entre duas cachoeiras por onde Amaró passou deixando diversos conhecimentos, principalmente para as mulheres Baniwa e Kuripaco. Deixou os grafismos mais bonitos naquela região, assim como a fibra de arumã cipó, ouro e prata. Por isso os povos Baniwa e Kuripaco se destacam em diversos âmbitos de criação voltados para a sustentabilidade, pois eles têm esse espírito coletivo dentro de si e a criatividade deixada pela mãe Amaró.

Como grande criadora do mundo, Amaró criava plantas venenosas para matar o seu irmão Napirikurí. Mas nunca dava certo, pois os povos indígenas do Rio Negro têm venenos diferentes uns dos outros, deixados em cada lugar por onde Amaró passava. Ela fugiu para o Rio Waupés, morando em diversos lugares. Por isso que o Rio Waupés é composto por outros rios como Tiquié e Papurí. Percorreu vários lugares desses rios, até a cachoeira de Ipanoré, onde fez o segundo Dabucurí, deixando ali o primeiro pajé. Essa é uma região de muitos pajés e sabedores da criação humana.

Por último ela fugiu para um lago que eu vou chamar de Lago da Amaró, no Rio Negro, Paranã Pixuna. Ali toda a sabedoria da flauta foi tirada pelo seu irmão. Esse lago era a casa dos pais dos dois, era a roça da família dela. Por isso que muitas coisas ruins que acontecem por motivo que até na nossa origem as maldades e os bem foram criados por dois irmãos.

O Rio Negro é composto por muitos mitos. Vou me espelhar em um deles, contado pelo meu pai, o Mito da Mãe Amaró, a primeira mulher do universo. A mulher que ajudou a criar as coisas no planeta. A maravilha da flauta manuseada por uma mulher. Ao ouvir do meu pai Laurindo esse mito, compreendi como são os conhecimentos das mulheres, as suas vivências, as suas dores e suas lutas por serem chamadas de Mãe. Planeta (palavra feminina), Natureza (palavra feminina), Floresta (palavra feminina). Essas palavras surgiram porque a mãe Amaró as criou. Inspirada nisso peço licença para registrar a vida das Coordenadoras do Departamento de Mulheres do Rio Negro-DMIRN.

As mulheres ronegrinas estão fazendo como a primeira mulher do universo: lutando e cuidando da vida. Estão em constante luta para resguardar vidas. As nossas vivências são também histórias que mostram o cuidado com nossa existência não somente humana. Mais do que isso, somos parte da história do Alto Rio Negro e dessa imensidão do planeta.

Ao viver os desafios que um dia a primeira mulher do universo viveu, as mulheres indígenas ronegrinas também querem registrar suas histórias e sair da invisibilidade, registrando suas vivências na escrita para que a sociedade e as novas gerações possam conhecer suas resistências, a sua força e a força do espírito de uma das flautas sagradas que ajudou a criar as coisas do universo.

Em virtude disso, as coordenadoras do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro-DMIRN/FOIRN (2022) se sentiram na obrigação de registrar as suas estratégias e lutas em prol dos direitos indígenas. Principalmente as resistências, os sonhos e as vivências das mulheres ronegrinas que se dispuseram a doar parte de suas vidas para as demais mulheres. Sempre pensando no coletivo, com o sentimento de mãe, com o olhar coletivo, com o cuidado das gerações e da diversidade ronegrina em seus territórios e infinitas sabedorias. Mulheres espalhadas em 700 comunidades. Dentre elas, tivemos as que foram encorajadas a sair do seu contexto tradicional para fazer com que os seus conhecimentos pudessem ser mostrados; para que mostrassem que a raiz mais importante entre um povo e a ancestralidade está na vivência.

As nossas antepassadas foram resistentes no cuidado de nossa cultura, mito, lenda, língua, canto e da mãe terra. Com a força do benzimento do avô do mundo os povos ronegrinas resistem até hoje. Com a força da primeira flauta, a mulher do universo, a mãe Amaró, nós, algumas de suas filhas com sangue adormecido na veia, nos doamos de geração à geração, e aos poucos fomos recriando e encorajando-nos a reviver as flautas do universo, o espírito da mãe Amaró. A flauta da sabedoria que acompanhou a criação do universo e que recriou a vidas dos seres no universo é um símbolo da nossa resistência como mulher. Ela é o mito da criação do universo onde a vida se cuidou com muito resguardo para poder habitar a terra.

A black and white photograph capturing a group of women at what appears to be a community meeting or a health fair. In the foreground, a woman wearing a leopard-print top is focused on writing on a document with a pen. To her right, another woman with long dark hair, wearing a light-colored button-down shirt and a lanyard with an ID badge, looks on. In the background, several other women are visible, some looking towards the camera and others engaged in conversation. The scene is set outdoors, with a table in front of them holding papers and a box. The overall atmosphere is one of active participation and community engagement.

1987 Mulheres na Gestação

Imagem de José Miguel Nieto Olivar

As mulheres que aparecem aqui são apenas algumas das mulheres rionegrinas que representam as demais mulheres indígenas que, desde 1987, participam direta e indiretamente do movimento indígena. Durante algum tempo essa participação ficou obscura, elas não tinham vez nem voz dentro das associações. Na maioria das vezes, apenas o homem tinha direito à voz nos encontros, de ser líder ou presidente de associação. A mulher participava dos encontros, mas pouco falava. Em geral, apenas passava informações ao homem, e ele usava as palavras da mulher como suas.

A mulher sempre cuidou do marido, da criação dos filhos e do trabalho na agricultura. Durante a ausência dos homens nas comunidades eram elas as únicas a cuidar de tudo enquanto o homem reivindicava os direitos dos povos indígenas. A mulher indígena participou da luta pela demarcação da terra ajudando o marido a remar a canoa para passar de comunidade em comunidade, conscientizando as parentas e os parentes sobre a importância da terra demarcada para garantir a sobrevivência dos nossos filhos e das gerações futuras.

As mulheres indígenas rionegrinas foram responsáveis por ser como Amaró. Através de suas flautas disponibilizaram os seus úteros com o objetivo de dar a vida. Como a mãe Amaró teve várias filhas, as mulheres rionegrinas também fizeram isso; gestaram a vida, deram à luz. Aos poucos apareceram associações de mulheres que surgiram para fortalecer o movimento político do Rio Negro. Aos poucos foram mostrando a gravidez da vida, que é um enigma, que se constrói para além da vivência, que se chama resistência. Assim foi feito. Essas mulheres lutaram incansavelmente em prol do coletivo e das vidas rionegrinas. Foram mulheres que, mesmo caladas, criaram história para além dos seus sonhos. E a geração de hoje é o fruto dessa luta.

Espalhadas pelo tapete verde do Rio Negro entre seus 23 povos e 16 línguas indígenas, as mulheres rionegrinas são úteros desconhecidos e, graças a eles, foram nascendo vidas, lutas que poucos conhecem. Nas escritas sobre as lutas, as figuras menos citadas se chamam mulheres indígenas rionegrinas. Mas elas são o centro da vida, são donas dos saberes e das línguas indígenas, dos conhecimentos diversos espalhados em suas veias.

No silêncio da vida, na invisibilidade, elas foram surgindo como árvores que nascem de uma semente. Aos poucos nascem, crescem, florescem e aos poucos oferecem seus frutos. A invisibilidade e o domínio da língua foram desafiadores para todas nós, mas também uma inspiração para continuar seguindo junto aos homens, do mesmo jeito que outras mulheres ajudaram a remar a canoa e mobilizar, seguindo lado a lado.

Nós somos sementes que visam florescer e regar novas ações; sonhar com direitos iguais, buscar respeito e autonomia na sociedade rionegrina, composta por diversidades de conhecimentos e saberes tradicionais.

2000-2001 Cuidados com a Gestação

Imagem de José Miguel Nieto Olivar

Naquela época, recordou Rosilene, não havia lugar confortável para organizar os nossos trabalhos, pouco recurso financeiro, principalmente para manter o pessoal. Somos indígenas, e para nos dedicar a isso precisávamos também de dinheiro para manter as nossas famílias. Como todos sabem o dinheiro faz parte da nossa vida. Desde a chegada da civilização, somos obrigadas a depender disso.

Mas nesse mesmo ano tivemos Amaró que pelo voluntariado trouxe a senhora Gilda da Silva Barreto, do Povo Baré, uma das parteiras que nos ajudou a dar à luz e, assim, sair da invisibilidade para que a nossa árvore da vida pudesse nascer e que as mulheres pudessem cuidar desse "lugar" que viraria um guarda-chuva para o bem das suas mães, filhas, netas e sobrinhas.

O trabalho de Gilda foram os cuidados para que a semente pudesse nascer, com foco no artesanato. E por que o objetivo do DMIRN foi artesanato? Porque só assim as mulheres rionegrinas se sentiram motivadas à participar e fortalecer a sua autonomia através de incentivos para organizar os seus artesanatos tradicionais; a falarem por si mesmas sem que fossem interpretadas pelo seu companheiro; que pudessem falar por seus sentimentos, descrever seus anseios, onde pudessem ter um espaço para se organizar.

Na Assembleia Geral e Eletiva da FOIRN, no ano 2000, as mulheres discutiram e reivindicaram a presença de uma mulher na diretoria da Federação, e conseguiram eleger Rosilene Fonseca, do povo Piratapuia, natural de Santa Isabel do Rio Negro, a primeira mulher a fazer parte da Diretoria da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

Nessa mesma assembleia as mulheres apresentaram e aprovaram a proposta para a criação de um Departamento de Mulheres dentro da FOIRN. Com a proposta aprovada e uma mulher na Diretoria, as mulheres passaram a ter mais voz no movimento indígena do Rio Negro.

Segundo Rosilene, fazer parte da diretoria foi um desafio porque ela era considerada pelos demais como uma secretária. Isso dificultava as suas articulações dentro do território. Mesmo com todas as dificuldades, ela nunca esqueceu a pintura feita por uma senhora em seu rosto. Conta que esse momento foi muito importante para ela continuar, porque a pintura é o símbolo que o avô do mundo deixou para as sua netas; é proteção para as doenças e o resguardo da vida. Por isso ela nunca desistiu.

Aos poucos foi se articulando, encontrando parcerias que ajudaram-na com o pré-natal do DMINR para que a gestação continuasse. Depois de inúmeras discussões, os demais membros da diretoria da FOIRN realizaram em 2001 o I Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro, para pôr em prática a proposta

de criação do Departamento de Mulheres na FOIRN.

"Durante o ano de 2001 eu pouco viajei, mesmo assim precisei criar estratégias para continuar naquele espaço composto por homens. Isso foi muito desafiador porque muitas vezes eu não recebia incentivos para permanecer. Pessoas que ocupavam o mesmo espaço que eu, pouco me incentivavam a continuar naquele lugar. Para mim foi muito difícil cuidar de uma gestão do DMIRN, e o mais desafiador foi mostrar que a tradição do Rio Negro não é empecilho para nós mulheres indígenas; mas que precisávamos compreender a tradição e nos unir com as demais para, assim, seguir as lutas, lado a lado, respeitando o legado de nossos antepassados".

A tradição patriarcal até hoje se encontra enraizada entre nós, povos do Rio Negro. Precisamos de muito diálogo para mostrar que nós mulheres temos sonhos de construir outros caminhos; que gritamos por respeito, igualdade, compreensão e bem viver. O diálogo é uma das ferramentas para continuarmos crescendo cada vez mais entre nós.



2002-2006 O nascimento

29 ANOS
PIRN
Indígenas do Rio Negro

- Patrimônio Cultural
para o futuro

Imagem de José Miguel Nieto Olivar

Nos dias 26 e 27 de janeiro de 2002 tivemos o nascimento. Com o objetivo de fortalecer a atuação, o trabalho e a organização das Amarós/Mulheres foi pensada a criação e o nascimento do Departamento, uma flauta que ajudará as mulheres rionegrinas a organizar os conhecimentos das mulheres e ajudá-las a ter direcionamentos ao bem viver; se apoderando de conhecimentos que possam fortalecer o que elas já sabem fazer no seu dia-a-dia; e assim construir os caminhos da interculturalidade feminina para que as mulheres indígenas possam ocupar espaços onde as mesmas jamais imaginavam. Assim surgiu o criação e nascimento do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro, com a participação de 52 Amarós/Mulheres indígenas dos seguintes povos: Baré, Baniwa, Werekena, Wanana, Piratapuaia, Tukana, Tariana, Curipaco, e Yanomami, que representavam as associações femininas: AMAID, AMITRUT, UMIRA E AMAI e mais 15 lideranças masculinas.

Nesse primeiro momento os temas principais discutidos foram questões sobre produção e comercialização do excedente da roça e produtos de arte feitos em tucum, piaçava, cipó, outras fibras e cerâmica. Para realização desse encontro tivemos apoio da Diretoria da FOIRN, assessoria do Instituto Socioambiental (ISA) e financiamento da Horizont 3000. Nesse mesmo período acontecia também a reunião do Conselho Diretor da FOIRN, e para chegar até a cidade de São Gabriel da Cachoeira, as mulheres vieram nas embarcações que traziam as lideranças para o Conselho. Já no dia 27 de janeiro tivemos a graça de ter uma Amaró/Mulher responsável por manusear a flauta do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro. Assim organizamos os primeiros cuidados da vida ao DMIRN, nos organizando aos poucos para que, de fato, ele tenha uma vida longa cheia de conquista e realizações. Para que o Departamento pudesse viver para reviver. Na mesma ocasião foi cedida a nós uma sala com um computador para ajudar nas atividades.

Em maio de 2002, por meio de inúmeras discussões com a Diretoria da FOIRN e representantes da Horizont 3000 sobre o Fundo Rotativo, foi tomada a decisão de que esse fundo fosse direcionado somente para apoiar os projetos das mulheres, e gerenciado pelo DMIRN. Assim elaboramos o primeiro termo de referencia para o Fundo Rotativo de apoio a pequenos projetos para as mulheres indígenas da região do Rio Negro (dos três municípios : Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira) para desenvolver atividades voltadas para a melhoria de sua qualidade de vida e/ou geração de renda. Então, a geração de renda foi o tema mais trabalhado pelas mulheres rionegrinas, onde as mesmas, ao nascer, já traziam consigo esse tema que visa a qualidade de vida, com foco no conhecimento das mulheres indígenas e nas vivências do dia-a-dia.

Em junho de 2002, tivemos o nascimento do Departamento de Mulheres da COAIB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). O encontro aconteceu em Manaus com participação de mulheres indígenas de toda a Amazônia Brasileira e das seguintes associações de mulheres do Alto Rio Negro: DMIRN/FOIRN, AMIDI, ASSAI, AMIBI e a APID. Nesse encontro foi eleita Rosimere Viera Teles, do povo Arapáço, como coordenadora e Débora Bakiri como vice-coordenadora.

As nossas ações foram feitas com muito cuidado na busca de sempre fortalecer a coletividade para o bem viver das mulheres indígenas, sem contar os desafios que tínhamos para articular e mobilizar recursos financeiros para podermos atingir as comunidades indígenas e os 23 povos indígenas do Alto Rio Negro.

Em novembro de 2002, tivemos a primeira participação de uma representante do DMIRN na reunião "Direitos Humanos, Gênero e Políticas para Mulheres Indígenas" em Brasília, promovida pela FUNAI. Em dezembro de 2002, a segunda participação de uma representante do DMIRN na reunião "Direitos Humanos, Gênero e Políticas para Mulheres Indígenas" em Brasília.

Essas oficinas visavam ensinar a nós temáticas que afetam a vida das mulheres dos povos indígenas do Brasil, abordando temas como a diversidade dos modos de organização doméstica, familiar e matrimonial dos diversos grupos étnicos; as diversidades de tarefas ao seu encargo na vida tradicional e suas atividades profissionais fora da vida tradicional (inclusive, o movimento indígena era uma delas); a diversidade das relações das mulheres com seus grupos de origem e com a sociedade brasileira; a diversidade de formas de participação nos processos decisórios das suas comunidades; os vários tipos de relação que as mulheres indígenas mantêm com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais e a diversidade dos problemas no âmbito de saúde, educação, preservação dos costumes e do meio ambiente, trabalho, situação econômica, violência física, psicológica e moral, sexualidade, práticas e experiências relativas à maternidades e criação de filhos e filhas, relações familiares e afetivas em geral, relações entre gerações, relações entre diferentes crenças religiosas, assim como temas que afetam nossa qualidade de vida desde a chegada da colonização.

A essência dessa formação ajudou a nos organizar cada vez mais, trazendo esses desafios para o contexto da nossa realidade, e organizar o DMIRN, para continuar dirigindo o Departamento com mais responsabilidade e compromisso. Vimos que assim, com cuidado, o DMIRN recresce mais sobre as dirigentes na coordenação. Assim continuamos seguindo cuidando do DMIRN, que só tem vida e respiração quando suas ações ocorrem para que o mesmo possa ir se recriando.



O território

Imagem de José Miguel Nieto Olivar

O Rio Negro é imenso, composto por diversidades de 23 povos indígenas e 16 línguas faladas. As mulheres ronegrinas têm em sua corrente sanguínea a vivência de atuar em nome da coletividade, não interessa a sua cultura, sua religião, seu povo. Elas sempre pensaram um espaço onde a igualdade possa prevalecer. Sem distinção de suas etnias, elas visam a coletividade porque aí que está o segredo de poder dar as mãos a quem precisa, fazer com que a voz das menos ouvidas possa chegar em espaços jamais imaginados, de poder levar a vivência para além do território.

Somos um território do coletivo, atuamos com as diversidades de mulheres; sejam elas artesãs, agricultoras, professoras, anciãs, agentes de saúde, profissionais da educação, profissionais da saúde; não fazemos a distinção, somos unificação. Não queremos atuar em pedaços de terra, queremos atuar em conjunto, como foi um dia a casa de nossos antepassados composta por uma coletividade inexplicável, onde todos e todas moravam em harmonia, na busca de sua sobrevivência e de seus filhos, filhas, netas e netos.

Os ensinamentos feitos em coletivo são os mais importantes de nossas vivências, porque são ensinamentos que não se encontram em escolas, mas sim no interior do seu povo, do imaginário do universo, onde os ensinamentos vêm das estrelas, da lua, das flores, dos rios, das árvores e das montanhas onde o umbigo do universo possui esse cordão umbilical que se chama mulheres. Ser mulher ronegrina é estar interligada com as demais mulheres por laços que vem no interior da terra onde habitamos, somos mães de quem mais precisa, assim somos iguais árvores, que nascem, crescem e se reproduzem, assim constituímos as nossas raízes, para além do nosso alcance.

O território aos poucos se amplia. Hoje temos muitas mulheres ronegrinas em diversos espaços, onde as mesmas são filhas desse território. Tem mulher que nem sabe como chegou nesse espaço, mas por detrás disso tem uma mãe invisível, atuando na obscuridade para que as suas filhas possam chegar em lugares onde jamais imaginou que hoje se faz necessário, porque o resguardo das mulheres ronegrinas precisa se ampliar para além dos horizontes, onde a luta não pode parar. As filhas de Amaró precisam continuar a lutar, temos muita coisa ainda para ampliar. Como sabemos, hoje há avanços da educação e saúde, mas precisamos muito mais e as mulheres ronegrinas sempre surpreendem com o seu ato cuidadoso visando articulação para o coletivo, principalmente aos jovens.

Cada mulher que passou nessa coordenação foi ampliando o caminho, a roça, a casa, a árvore. Hoje, o DMIRN é coordenado por uma jovem filha dos 23 povos indígenas que visa dar continuidade do autocuidado na busca de sempre fortalecer as mulheres indígenas. Elas são paradigmas que ajudam a quebrar tabus da tradição, mostrando que elas não estão para ocupar o lugar de homens ronegrinos, mas para cuidar do território, pois para além de ser masculino ou feminino, somos assim, não fazemos a distinção, somos mães que visam o bem estar, o bem viver da coletividade sem diferenciar as etnias que aqui vivem.

Somos raízes da vivência, somos úteros da vida, somos vida para além da vida, os ensinamentos estão enraizados em nossas terras, em nossas florestas, rios, montanhas e igarapés. Assim foi organizado o DMIRN, composto por inúmeras raízes vindas de diversos territórios, lutas e sonhos. Onde "a tradição era o tabu" para construir a igualdade, as mulheres percorreram longos caminhos. Por isso, vamos começar a percorrer algumas raízes que ajudaram a brotar a Mãe Amaró Gilda Baré. O Umbigo dessa mãe é da Terra Indígena Alto Rio Negro, comunidade de Camissa, uma das co-fundadoras, articuladoras e organizadoras do nascimento do DMIRN.

"Antes mesmo da existência do DMIRN, eu, Gilda Baré, que sou da Terra Indígena Alto Rio Negro, sempre vi o meu já falecido cunhado, o professor Marcílio, organizando reuniões e encontros com os meus pais e alunos e os ouvia falar do movimento indígena que estava se organizando em outra região. Na fala dele esse movimento estava se organizando com o objetivo de lutar pela demarcação das terras indígenas, direitos indígenas, saúde e educação de qualidade para a população ribeirinha. Isso era meados da década de 1980, e essas coisas eu ouvia quando era muito pequena. Marcílio sempre enfatizava a importância de confecção de artesanatos, que esses conhecimentos adquiridos em um de nossos rituais, que é o Kariãma, que é um saber tradicional, poderia nos ajudar a transformar em uma ajuda financeira para a população que residia nas margens do Rio Negro.

Com o tempo, os meus pais nos trouxeram para a cidade. Chegando lá fui estudar no Colégio São Gabriel. Lembro que a professora Cecília Piratapuia foi a minha professora na 4ª e 5ª séries. Como todos sabem, para morar na cidade é um contexto muito diferente de nossas comunidades. Aqui precisávamos de recursos financeiros. A minha finada mãe sempre fez artesanatos para vender e trocar com as freiras, por isso cresci vendo os artesanatos feitos pela minha mãe. Assim foi indo. Não me lembro bem em que ano organizamos uma associação aqui em São Gabriel da Cachoeira, junto à Maria de Jesus, à minha irmã Idária. Nosso objetivo na época era organizar mulheres que viviam aqui na cidade, sem ter o que fazer o dia todo. Víamos muitas mulheres bêbadas, sendo violentadas, maltratadas pelo seus esposos, exploradas pelas mulheres dos militares, naquela época já éramos professoras eu e a minha irmã Idária.

Essa associação tinha como objetivo organizar essas mulheres e ocupá-las por meio da confecção de artesanatos e gerar renda para elas. Até mesmo para a mulher que não sabia como fazer a confecção, íamos organizar oficinas para que ela pudesse aprender com as demais e assim ter seu próprio dinheiro, para ajudar a sua família. E também organizar palestras para as mulheres para falar sobre seus direitos; principalmente naquela época, porque o impacto da mudança da comunidade para cidade era muito alto. Ao chegar aqui as mulheres sentiam esses impactos sociais, era totalmente diferente de seu costume de sua comunidade, faltava oportunidade, poucas falavam o português e tinham estudo, muitas delas eram empregadas domésticas.

Eu, como já tinha estudado e era professora, não poderia ficar de mãos cruzadas vendo isso. Foi por isso que começamos a nos organizar, lembrando o discurso do meu cunhado, vendo que os nossos saberes indígenas poderiam nos ajudar financeiramente, já que estávamos cercadas pelo capitalismo da invisibilidade. Assim organizamos umas das primeiras associações da cidade, a Associação Arte Poranga Indígena (AAPID) em 1994.

Como todos sabem, os salesianos fizeram o mal e o bem, e através deles sempre participávamos de vários eventos aqui na cidade, como os movimentos realizados pela FOIRN. Sempre participávamos, mas não tínhamos vez e nem voz. Íamos para esses eventos praticamente só pra ver e ouvir, sem direito à falar. Os homens falavam por nós, e isso nos deixava indignadas. Como naquela época já éramos professoras, começamos a nos articular com as demais mulheres que viam para o encontro.

Aos poucos fomos nos articulando e costurando redes por debaixo da invisibilidade, quebrando a tradição rionegrina de que mulher é para cuidar somente da família e das crias. Organizamos e articulamos junto com as demais mulheres a entrada de Rosilene Fonseca, do povo Piratapuia, uma jovem de 24 anos, na diretoria da FOIRN. Isso foi um impacto para os homens porque ela era muito jovem para estar naquele espaço, e sem experiência. Mesmo assim conseguimos colocá-la dentro da FOIRN, com o pouco conhecimento que tinha e nenhum apoio dos líderes da instituição. Tivemos muita resistência dos homens que lideravam a instituição. Diziam que ela poderia estar sim juntos a eles, mas não teria os mesmos direitos que eles. Olha já! Falávamos de direitos iguais, mas a tradição machista era mais forte do que as nossas falas.

Ela assumiu a responsabilidade dada a ela pelas mulheres da invisibilidade, para que ela pudesse ecoar o direito de falar. Naquela época, quem tinha profissão não podia assumir cargo no movimento, por isso que eu e minha irmã Idária não podíamos, mas articulamos com as demais mulheres de outros territórios a entrada da Rosilene, até a fundação do DMIRN. Então o pai e a mãe desse departamento foram as mulheres rionegrinas.

Assim fizemos. Colocamos ela lá e como nós vivíamos na cidade, acompanhávamos a sua caminhada junto aos homens. Eles já tinham uma loja; a FOIRN já mobilizava as atividades econômicas na busca de fortalecer a sustentabilidade e a geração de renda indígena dentro do Rio Negro. Após a Demarcação das Terras Indígenas, o segundo passo era fazer a gestão do território para que as comunidades indígenas tivessem sua própria autonomia para criar sua própria fonte de renda. Foi por isso que surgiu em 1998 o Instituto Socioambiental-ISA, com objetivo de contribuir na implementação de projetos para as comunidades organizarem seus próprios projetos segundo a potencialidade de seu território e de seu próprio contexto social. Em virtude disso, os diretores já se mobilizavam solicitando às comunidades a confeccionar seus artesanatos indígenas para organizar essa venda.

Apesar dos desafios encontrados dentro da convivência institucional, a Rosilene conseguiu mobilizar o I Encontro de Mulheres do Rio Negro. Havia financiadores que apoiavam as causas indígenas, mas quebrar as tradições requeria enfrentar a si mesma, pois alguns dos diretores da época eram homens de seu próprio território. Com apoio do Saúde Sem Limites (SSL), conseguimos reunir 50 lideranças mulheres, entre elas 15 homens. Esse encontro aconteceu no ginásio do Colégio Dom João Marchesi. Nessa ocasião convidamos a professora Cecília Albuquerque, do povo Piratapuaia, para nos ajudar. Falávamos de como queríamos nos organizar, ajudar as demais mulheres da cidade e da comunidade. Essa necessidade surgiu quando vimos como as mulheres estavam vivendo cidade de São Gabriel da Cachoeira, muitas delas na prostituição, bebidas alcoólicas, exploradas no trabalho doméstico e poucas tinham formação formal. Na época nem falavam bem o português, isso levou a nos organizar para poder contribuir com as nossas colegas, já que nós, na época, já éramos professoras e tínhamos uma visão mais ampla, educadora.

Esse Departamento foi pensado para organizar as necessidades das mulheres rionegrinas, organizar palestras, seminários, oficinas, encontros, rodas de conversas e exercer o controle social sobre as políticas públicas com focos nas mulheres, na saúde, educação, organização social. O surgimento desse departamento tem como foco minimizar as necessidades das mulheres, para que elas possam atuar em seus territórios, famílias e comunidade. De poder dar uma vida digna para os seus filhos, filhas, netos e netas através de um conhecimento tradicional delas que conhecemos como Cultura. Naquela época tínhamos um grande índice de analfabetismo na região. E, como sempre, as mulheres faziam parte desse pacote. Nós que já sabíamos mais um pouquinho queríamos organizá-las, não para ir à escola como nós, mas organizar elas a partir de seu próprio contexto social, e assim fizemos. Colocamos a nossa coragem de nos tornarmos mães, de nascermos, de cuidar, orientar, direcionar de sonharmos juntos de que um dia a organização pudesse se tornar uma referência para as mulheres rionegrinas, sem levar em consideração o seu vínculo empregatício, formal ou informal, sem levar em consideração sua idade, sua profissão, sua etnia, sua religião, seu partido, nossa organização seria de todas as mulheres do Rio Negro.

Junto à professora Cecília e Rosilene, eu Gilda entrei como voluntária para contribuir na organização de artesanatos, já que o meu discurso sempre era mais voltado para a geração de renda das mulheres. Atuei junto a Cecília em 2002, não como coordenadora do DMIRN, mas como organizadora dos produtos indígenas do Rio Negro. Como disse, a FOIRN já tinha a lojinha, então quando surgiu o DMIRN, a diretoria nos entregou essa função de organizar os artesanatos. Quando assumimos tinha muito artesanato e também dívidas com os produtores. Eu comecei a organizar junto ao Departamento de Mulheres recém-criado. Naquela época o SSL funcionava na FOIRN, e tínhamos uma parenta nossa que atuava junto a esse grupo, Rosimere Teles, do povo Arapaço. Vendo a necessidade do DMIRN, nas horas vagas de sua função, ela nos ajudava. Já éramos quatro mulheres: Rosilene, Cecília, Rosimere e eu, Gilda. Começamos a organizar pequenos projetos para captar recursos financeiros para o DMIRN, porque tínhamos ganhado o espaço físico na FOIRN, sem nenhuma estrutura de funcionamento. A Cecília e a Rosilene tinham uma ajuda de custo de 200 reais.

Assim fomos nos organizando, organizei os artesanatos, para podermos pagar os produtores. Comecei a viajar junto aos diretores para as regiões para articular e mobilizar as artesãs e artesãos para reativar a confecção das artes. Nessa época a Bacia do Içana já era referência na produção de artesanatos. Aqui vou contar um fato:

Um parente diretor viajou para o Rio Içana e eu pedi pra ir também. Como sempre, jamais éramos convidadas. Ele disse que sim e eu peguei a minha filha de três anos e fomos viajar. Ao chegar na comunidade de Tucũma Rupita, o diretor olhou para mim e disse: "Gilda cadê sua caixa de rancho?". E eu respondi: "só trouxe isso". Ele olhou pra mim e disse: "Isso não vai dar pra você e sua filha, vamos ficar por aqui um mês". Eu respondi: "quer dizer que não vou poder comer com vocês essa alimentação que vocês trouxeram?" Simplesmente ele me respondeu que não. Então olhei pra ele e respondi: "tudo bem". Naquele momento vi o André Baniwa chegando em Tucũma Rupita. Perguntei a ele se estava indo para a cidade e se podia me dar carona. Foram três dias de viagem até a cidade, o mesmo trazia muita cestaria Baniwa e Kuripaco. Isso ficou muito marcante para mim como mulher rionegrina, de ser tratada como se eu não estivesse contribuindo com a organização da instituição, mas nem por isso baixei minha cabeça.

As mulheres, durante a implementação, passam por muitas dificuldades. Não tínhamos ajuda de custo, éramos humilhadas, se solicitávamos 200 reais ou 50 reais de um fundo que a FOIRN tinha, no final do mês precisávamos fazer a devolução. Esse fundo que a FOIRN tinha era chamado de FUNDO PERDIDO. A regra era solicitar e depois fazer a devolução, mas isso era muito humilhante, já não tínhamos uma ajuda de custo financiado no projeto da FOIRN, de onde é que iríamos tirar para devolver?

Então começamos a nos organizar, mesmo voluntariamente. A Cecília não sentia muito por que já era aposentada, mais nós sim, mesmo assim ela também passava por muitas humilhações. Diziam que ela não precisava de ajuda de custo porque não tinha filhos. Minha gente, nossa história não é fácil de relatar, ela nos machuca. Demarcar território não é fácil, ser mãe não é para qualquer uma. Mas nunca desistimos e isso nos estimulava cada vez mais, por que tínhamos outro objetivo que era de ajudar as colegas.

Se nós que sabíamos um pouco das coisas estávamos passando por essas dificuldades, imagina elas. Isso fez com que eu me fortalece cada vez mais; então começamos a escrever e mobilizar parcerias. Essas quatro mulheres junto à assessoria do SSL escreveram o Primeiro Projeto Demonstrativo Dos Povos Indígenas – PDPI, Tema: Valorização e Pesquisa Do Artesanato Tradicional das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. Passados alguns anos organizamos o <<Fundo Perdido>> em Fundo Rotativo para poder ajudar as mulheres principalmente com foco na geração de renda em seus territórios. Assim, e por meio de muita dificuldade nasceu o DMIRN. Na época foi escolhida e eleita a professora Cecília Albuquerque Barbosa, do povo Piratapuaia, a primeira coordenadora do DMIRN/FOIRN.



As Mães-Amaró do DMIRN

Cecília Albuquerque, do povo Piratapuia (2002 a 2004)

O umbigo da mesma é comunidade de Tayasú Alto Waupés, filha de dona Balbina Garcia Barbosa, do povo Tariano, e do senhor Euzébio Albuquerque, do povo Piratapuia. Ao passar dos anos os pais se mudaram para a comunidade de Uriri, Médio Waupés, onde a mesma frequentou pela primeira vez a escola no Distrito de Taracua, internato, de 1970 a 1972. Ela conta que o internato foi uma das armas que matou as culturas sem serem percebidas. Naquela época a educação era comandada pelos salesianos.

"Ali aprendi as diversas culturas onde hoje sou. Uma mulher cheia de interculturalidade, tudo o que passei foram as ferramentas que utilizei para reviver. No ano 1979 frequentei o Colégio São Gabriel já no município de São Gabriel da Cachoeira, morei dois anos no internato para dar continuidade aos meus estudos. Ao passar esses dois anos, saí do local. Em 1981 e 1982, realizei a primeira Licenciatura Curta em Letras na Universidade de Juiz de Fora, em Tefé. Desde nova sempre atuei na escola, como professora. Em 2002 já era uma das primeiras mulheres indígenas aposentadas.

Além disso, no primeiro momento, eu tive ajuda da senhora Rosimeire Arapaço, a mesma me ajuda a organizar as atividades e escrever pequenos projetos. Só que a mesma tinha pouco tempo porque já trabalhava no SSL, que funcionava na FOIRN, e atuava pela saúde dos povos rionegrinos. Olhando essa necessidade, convidei a senhora Gilda Baré para me ajudar na coordenação. Estávamos organizando a sua estruturação de funcionamento, além de executar as atividades nas comunidades indígenas, com objetivo de fortalecer e organizar as mulheres rionegrinas, em virtude que as demandas das mulheres vinham se ampliando. Além disso, a senhora Gilda era professora e vivia na cidade, mas nessa época, para atuar na instituição, não podíamos ter outros vínculos empregatícios, só isso já era um dos desafios que Gilda sofria junto à coordenação.

As barreiras que tínhamos internamente nunca foram empecilho, diante dos olhares femininos rionegrinos pensávamos o futuro das mulheres que mais necessitavam. Nosso objetivo era contribuir com as mulheres, ajudar a buscar seu auto sustento sem sair de seu território, de atuar no controle social para buscar o direito das mulheres na educação, saúde, geração de renda e na organização social, sem levar em consideração a sua escolaridade ou etnia. Era isso que queríamos organizar. Pensar no futuro não é tão simples assim. Os nossos atos de resistir deixaram cicatrizes para além de nossas almas.

Cada obstáculo vencido comemorávamos, sorriamos, sonhávamos. Para além das dificuldades presentes, achar estratégias sempre foi prioridade entre nós mulheres. Na busca por diálogo, muitas vezes, usávamos as rebeldias do bem, para mostrar que diversos fatos não implicam em sermos mulheres lideranças, mães, professora, agricultora, artesã, agente de saúde etc. Nós mulheres somos múltiplas por natureza, já nascemos com essa maravilha dentro de nossos territórios. A capacidade de nossas vivências são as ferramentas que podem trazer a organização econômica das nossas comunidade e família.

O espaço que criamos em nome das mulheres rionegrinas é um espaço que visa atuar para o coletivo na busca de organizar os saberes femininos e lutar por coisas que ainda não temos. Na época, organizar as mulheres era a nossa prioridade, elas se expõem em suas línguas, do jeito simples. Era prioridade para nós ouvi-las. Era o nosso maior desejo fortalecer a cultura, as identidades e a geração de renda.

Cada cantinho vivido nesse espaço, cada ralho, chuvas, sol, fome, tristeza, desavenças, alegrias, sorrisos, foi vivido pela coletividade das mulheres dos 23 povos originários. As vivências foram para aquela que viria depois de nós pudesse ter mais apoio, pudesse ter mais experiência, formar espírito de liderar; porque as primeiras que chegaram nesse espaço foi pelo espírito de tradição. Fomos aquela mulher rionegrina cheia de percepção tradicional, achando que tudo se resolveria com o estalar de dedos, mas não foi isso que ocorreu. Precisávamos de muito mais, precisávamos de conhecimentos para além de nossos olhares, para além das vivências a que estávamos acostumadas. Isso requer tempo e dedicação de sonhar sempre para além da nossa existência do momento.

Sem experiência em projetos e manuseio de computador, sem material, numa pequena sala cedida. Por onde começar? O que será de mim? O que será das mulheres que me puseram aqui? Por que eu era a mulher posta naquele ambiente para ajudar a solucionar a diversidade de temas que foram abordados durante a I Assembleia das Mulheres? Isso depois de ser professora por anos foi uma nova etapa da vida a ser vivida por mim e pelo coletivo que se chama mulheres rionegrinas".

Idária da Silva Barreto, do povo Baré (2002 a 2004)

A mãe Idária da Silva Barreto do povo Baré é filha de Agripina da Silva, do povo Baré, e do senhor Manuel Barreto, do povo Baré. Seu umbigo fica na Terra Indígena Alto Rio Negro na Comunidade Camisa.

"Me lembro que em 2002 mobilizamos a I Assembleia das Mulheres indígenas do Rio Negro. Nessa época estava também acontecendo a assembleia na FOIRN. Como não conseguiríamos realizar um encontro organizado só por nós mulheres, aproveitamos a carona da assembleia da FOIRN.

Mobilizamos a I Assembleia com o objetivo de organizar um setor para as mulheres e a venda dos produtos para uma geração de renda sustentável para as nossas comunidades. Nessa assembleia já tínhamos várias associações de mulheres compostas por várias regiões. Me lembro, por exemplo, das mulheres de lauretê, Pari Cachoeira e Taracua, elas já trabalhavam na confecção de cerâmica, já tinham produção, só que não tinham mercado para escoar os produtos produzidos pelas artesãs.

Em virtude disso que a Diretoria nos deu oportunidade para nos organizarmos, encontrar formas de superar os desafios da comercialização. Através disso que surgiu essa abertura: organizar venda dos artesanatos feitos pelas mulheres. Só que, além disso, nos deparamos com outro desafio na época. Muitas mulheres eram tímidas, não tinham experiência de se expressar na frente, de propor suas ideias perante a multidão, principalmente propor sugestões para minimizar os desafios diários que a mulher enfrenta. Na época o preconceito era muito alto, a tradição rionegrina do machismo falava mais que tudo.

E a assembleia que estava acontecendo na sede da FOIRN dava oportunidade para escolher alguém para nos representar, e posteriormente criar um Departamento de Mulheres. Como sempre, nós mulheres tínhamos muito medo de falar, de expor nossas ideias perante o público, de falar na língua portuguesa, era uma barreira enorme para nós mulheres indígenas. Em meio a essa discussão surgiu a proposta de organizarmos um setor para as mulheres. E quem ficaria para coordenar? Nessa ocasião surgiu o nome da professora Cecilia Piratapuaia, a mesma foi indicada porque não havia nenhuma mulher se disponibilizando para assumir a coordenação, além do mais ela já era professora aposentada naquele momento, ela tinha facilidade de se expressar perante o público, assim surgiu a nossa primeira coordenadora do Departamento, indicação das mulheres.

Na nossa concepção seria fácil indicá-la para ficar no setor e pronto. Só que, no momento do nosso encontro, não pensamos nas consequências que seria assumir esse setor, principalmente, não pensamos como essa mulher iria se sustentar para se dedicar ao setor, porque essa mulher tem vida, ela come, ou seja, ela precisa de alguma ajuda financeira para poder organizar o novo setor que nascia naquele encontro. Por nossa sorte a professora Cecilia já era aposentada, se fosse outra mulher não saberíamos como seria. Porque o contexto de vida da mulher é muito diferente do homem. Ela tem roça, casa, filho, marido e família para cuidar. Em virtude disso, carrega uma diversidade de responsabilidades na sua vivência e só enfrentar isso já nos assusta. Além de sair todos os dias de nossa casa, isso não era comum. A tradição era árdua. Até então, pelo meu conhecimento, em 2002, a FOIRN pouco dava atenção para a temática Mulheres Indígenas.

Assim surge o DMIRN com o objetivo de organizar a venda dos artesanatos e achar caminhos para comercialização. Só no decorrer do tempo, depois de seis meses, a Cecilia me convidou para ajudar, porque não era só a comercialização dos artesanatos, esse setor não era só organizar o que tinha estimulado a sua criação, mas sim outros temas precisavam ser falados pelo nosso setor, como as línguas indígenas, as comidas típicas, educação, saúde, alcoolismo, segurança pública etc. Ou seja, acabamos nos deparando com vários desafios para a mulher indígena. Aos poucos, com ajuda da assessoria do Instituto Socioambiental-ISA através de dona Nina, organizamos os objetivos do DMIRN para poder atuar. Na época, a ajuda de custo da professora Cecilia era R\$15.

Como eu não tinha nada, ela me repassava esse dinheiro para eu poder sair de minha casa e ajudar a organizar o setor das mulheres. Naquele tempo não era como agora, éramos nós que íamos pondo vida naquele setor. Praticamente por um ano ficamos só organizando; assim fizemos outro encontro de mulheres onde eu fui eleita pelas mulheres. Fiquei nesse setor de junho de 2002 à 2004, quando passei para entrar na universidade.

Depois disso a FOIRN realizou outra assembleia e eu fui apresentada. As mulheres votaram em mim e na Cecília e o nosso mandato era de 2 anos. Mas nunca imaginamos que íamos passar pelo processo mais marcante em nossas vidas que foi enfrentar os dirigentes da nossa casa (FOIRN). Isso para mim foi muito marcante, o machismo patriarcal era muito visível. A FOIRN, desde a sua fundação, tinha parceiros institucionais. Ao escrever os projetos, os nossos dirigentes da época não lembravam do setor de mulheres. Vinha recurso para o setor de comunicação, educação, para a instituição em si, mas para o setor das mulheres não tinha nada, eles nunca nos convidavam para elaborar junto à coordenação as nossas demandas. Acabávamos sabendo disso quando os mesmos realizavam reuniões de informes, e isso acabava causando conflitos internos. A Cecília e eu sabemos, cada fala que ouvíamos nos deixava muito tristes, mas jamais desistimos. A cada "não" que recebíamos crescíamos por dentro dizendo que não iríamos desistir. Somos mulheres que trazemos vida ao mundo. Por que não iríamos conseguir organizar esse setor que visava o direito da Mulher indígena aqui no Rio Negro?

Nosso primeiro projeto do DMIRN foi o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI com ajuda da Nina do ISA. Ela foi a mentora e nos ajudou a organizar o setor das mulheres. Ela foi a primeira assessora branca que contribuiu com o Departamento. Redigimos o projeto junto à Nina e o mesmo foi aprovado. Através desse projeto começamos a ter ajuda de custo de R\$ 600; equipamos o DMIRN comprando as coisas que se precisava para melhorar as nossas atividades; viajamos para as comunidades para a realização de oficinas de fibra de tucum e cerâmica. No meio disso falávamos de outras temáticas que abrangem as causas das mulheres. Posteriormente veio o Fundo Rotativo, com o que as mulheres indígenas poderiam organizar seus próprios projetos.

A FOIRN já tinha uma lojinha de artesanatos gerenciada por eles mesmo. Com a nossa chegada essa organização passou a ser responsabilidade do DMIRN, e isso também causou conflitos internos. Porque eles nos entregaram, mas não queriam deixar a administração em nossas mãos. Por causa disso começamos outra luta interna. Sobre os produtos, a direção da época não queria nos destinar um espaço para organizar as vendas das artes. Em virtude disso começamos organizar um local nosso onde pudéssemos pôr os artesanatos, só que como não tínhamos dinheiro para alugar, não conseguíamos. Até que - não lembro se foi Pedro Garcia ou Orlando Baré - amoleceu o coração e nos cedeu espaço onde pudéssemos expor a diversidades das artes. No primeiro momento foi ótimo, conseguimos vender as artes e mostrar a nossa cultura.

Assim surge a outra etapa, que é a qualificação de artesanatos. O mercado começa a exigir produtos de qualidade, e a responsabilidade recaía sobre o DMIRN. Em virtude disso começamos a introduzir oficinas de artesanato com foco em produtos de qualidade, precificação e acabamentos. Isso foi feito pelo projeto do PDPI com tema qualificação e padronização das artes rionegrinas. Através disso as associações de mulheres foram sendo criadas também nos territórios indígenas. Quando nos demos conta tínhamos muitas coisas para organizar. Por causa dos artesanatos surgiram as associações de mulheres, e por causa deles descobrimos que as associações não tinham estatuto nem CNPJ. Algumas estavam com o CNPJ atrasado e diretoria vencida. Assim nos deparamos com outro desafio, o de organizar essas associações para que elas mesmas pudessem captar projetos para as suas atividades, conforme o contexto cultural.

O Fundo Rotativo foi o que contribuiu mesmo com as mulheres indígenas do Rio Negro. Foi um dos projetos que focou na valorização da mulher desde a roça até a parte social. Contribuiu na regularização de associações, na formação sobre Direitos da Mulher. Foi através desse projeto que começamos a ter mais espaço para fazer parte do controle social visando políticas públicas. Quando tinha eventos que davam abertura para as nossas falas, sempre falávamos sobre os direitos que nós mulheres tínhamos na sociedade, que nós não éramos só donas da cozinha, donas do lar, esteio da casa; que a mulher também podia ocupar diversos lugares além desse que há décadas é conhecido nessa sociedade.

Lembrar isso é muito doloroso. Aqui no Rio Negro a tradição indígena é complexa porque o machismo é muito visível. Na nossa época, na FOIRN, nos deparávamos com isso todos os dias. Nas comunidades, então, era ainda mais forte em reuniões, encontros, seminários, sempre que tinha participação ativa eram os homens. As mulheres tinham muito medo de falar na frente, de comentar o que estavam ouvindo; muitas vezes os sentimentos das mulheres eram feitos por homens como marido, irmão, pai, até mesmo tio.

Aos poucos fomos desconstruindo isso. Assim terminou o nosso mandato e fui reconduzida para mais dois anos, mas nesse ano tive oportunidade de passar para cursar universidade, e isso também gerou uma polêmica dentro da instituição. Nós mulheres fizemos muita coisa em prol da nossa própria existência como mulher. Para não causar transtorno, acabei optando por estudar e saí do Departamento escolhendo cursar a universidade, porque na época isso era proibido na instituição. Se você fosse funcionário, colaborador ou liderança você seria exclusiva para a instituição. Antes de sair teve discussão, debates, principalmente por ser uma instituição que defende direitos indígenas.

Na minha visão da época, precisávamos nos aprimorar para continuar dando suporte para os nossos parentes, que estavam nas comunidades. E se falávamos de direitos, quem precisava usufruir disso éramos nós para podermos falar que somos o resultado dessa luta, desse sonho. Passar o que passamos não foi simples, deixaram cicatrizes em nossas almas.

Essas feridas só fizeram com que crescêssemos cada vez mais na coletividade e na força que temos como mulheres indígenas. Somos filhas da lua, do sol, dos rios e igarapés, renascemos com os obstáculos que surgem em nosso caminho.

As nossas histórias vividas são reflexo de hoje. Temos professoras, artesãs, médicas, agricultoras, advogadas, pescadoras, universitárias, funcionárias públicas, porque a nossa voz ecoou em cada mulher indígena. As nossas dores são as nossas fortalezas, os “nãos” são as nossas armaduras, nos ajudam a sempre pensar o positivo e dizer que somos capazes de vencer. Assim seguimos até hoje lutando por mim, pela minha filha, pelas mulheres, por quem precisa. Os desafios são imensos, então não podemos parar. Precisamos seguir lutando cada vez mais para garantir espaço e vozes das mulheres. Onde tem mulher tem alegria, amor, paz e perseverança de continuar lutando”.

Zilma Henrique Diniz, do Povo Baré (2005)

“Me lembro que o DMIRN é o fruto de várias mulheres. Eu me Chamo Zilma Henrique Diniz, sou da etnia Baré, filha da senhora Olivia Diniz, do povo Piratapuaia, e do senhor Jaime Henrique, da comunidade de Bateria. Não tive muito contato com o território do meu pai. A minha mãe é da comunidade São Gabriel do Rio Papurí. Tive mais contato com a família da minha mãe. Além disso sou falante da língua Tukano, porque tive mais contato com a família materna onde cresci junto à minha avó, que era falante da língua Tukano.

A minha trajetória com o movimento indígena se construiu através do meu ex-esposo, o senhor Edilson Baniwa, liderança forte que atuou na implementação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN. Sempre gostei de participar das assembleias promovidas pelas mulheres apesar de viver aqui na cidade. Participei também do I Encontro de Adolescentes e Jovens indígenas do Rio Negro em 2002, ao lado do saudoso Délio Firmo, através da UNICEF, onde juntamos adolescentes e jovens de todo o território do Rio Negro.

Já com as mulheres sempre estive ativa nas atividades feitas por elas, participando e contribuindo com as ações realizadas pelo movimento de mulheres. Quando fui eleita coordenadora eu estava também aí contribuindo. Como vinha acompanhando os encontros, eu já tinha feito vários círculos de amizade, então nessa época eu tive a oportunidade de ser eleita por lideranças mulheres compostas por artesãs, agricultoras, professoras, mães, avós; mulheres compostas por diversos conhecimentos. Fui abençoada nesse dia por elas terem me dado a honra de atuar em nome delas. Embora eleita para coordenadora, não foi possível assumir, porque eu já era professora e tinha compromisso na área de educação, por isso não consegui de fato fazer parte da coordenação conforme o desejo das mulheres que me deram os votos para poder representá-las.

Além disso, para mim, a FOIRN precisa de pessoas que tivessem dedicação exclusiva, porque exige empenho, objetividade, disponibilidade para trabalhar. Por fim, vejo que as mulheres que estiveram presentes naquela assembleia mostraram respeito pelo minha pessoa. Como forma de respeito eu pedi desculpas para as senhoras presentes, mas não pude assumir. Sou feliz de poder ter feito parte dessa semente que se chama DMIRN”.

Cecília Albuquerque, do povo Piratapuia (2005 a 2007)

Com a impossibilidade de professora Zilma assumir a coordenação, Cecília assumiu novamente a liderança do DMINR, desta vez ao lado de Lindalva, do povo Baniwa. Durante essa nova caminhada as nossas atividades sempre foram com foco em ajudar a minimizar os problemas sociais vividos pelas mulheres; de poder ajudar a se prevenir das diversas atrocidades. No Rio Negro, por séculos, fomos dominadas pelos diversos colonizadores, que acabaram com as nossas formas de vidas, escravizaram nossos antepassados, impuseram em nós diversas culturas e acabaram com todos os sistemas próprios milenares de vida na terra.

Nós, mulheres indígenas rionegrinas, vivenciamos as diversas mudanças de acontecimentos, mas resistimos fazendo o resguardo de nossos conhecimentos para além de nossas realidades. Atualmente, depois de muito tempo, nunca desistimos de lutar por direitos, portanto, não havia amparo ou proteção legal para nós mulheres, precisou que nos organizássemos para além de nossas culturas. Para lembrar que nós mulheres temos direitos conquistados e não dados, portanto, valeu a vida de muita gente no Brasil. Os nossos direitos estão garantidos no nosso país e por isso estamos amparadas e protegidas, precisamos fazer um trabalho para que esses direitos sejam colocados em prática na vida das comunidades indígenas, principalmente na vida da mulher rionegrina.

Esse departamento significa o espaço conquistado por mulheres, o mesmo nos proporcionou ter direito de voz, falas, realizações de temas que visam o interesse das mulheres, como por exemplo artesanatos, oficinas, seminários, exposições e controle social para ajudar na implementação de políticas públicas. Sempre falamos da conscientização sobre os Direitos Indígenas de Política Social, Econômica, Saúde, Educação, Valorização das Culturas Tradicionais. Necessidades e interesses das mulheres indígenas.

Nós, mulheres, promovemos juntas outras companheiras. Fizemos atividades que contribuem para o bem estar social e melhoria das condições de vida das companheiras dentro de suas associações, viabilizando a valorização, o resgate e a revitalização da cultura através da confecção de artesanatos, produtos da roça e comidas típicas para gerar renda econômica e autodeterminação, o que mostra a luta das mulheres pelos seus direitos.

As ações do DMIRN sempre tiveram motivação coletiva, metas com interesse em uma autonomia, para geração de renda sustentável. Essa é a nossa missão: organizar e defender é uma missão árdua. Muitas vezes passamos por inúmeras situações desrespeitosas; essas marcas ficaram em nossas vivências. Muitas vezes recebíamos dos homens com quem convivíamos diariamente as discordâncias e os não apoio. Sempre buscávamos transformá-las em ferramentas de lutas e suspiros para continuarmos lutando pelas as mulheres espalhadas nas abrangências da FOIRN. Em 7 anos de existência, promovemos várias atividades, dentre elas a Criação da Wariró em 2005.

As mulheres que dirigiam o departamento feminino foram convocadas a reordenar a dinâmica de funcionamento de uma lojinha de artesanato da FOIRN, que apresentava dificuldades de funcionamento. A partir daí, imprimiram novas estratégias gerenciais e mudanças de perspectiva que dinamizaram o conceito cultural e político de loja e viabilizaram o faturamento econômico dessa atividade. As gerentes da Wariró instituíram um controle de qualidade dos produtos (acabamento e padronização) com o compromisso de prazo de entrega das peças pelas artesãs e a divulgação e elaboração de planos de comercialização de artesanatos tendo em vista a conquista de novos mercados.

Wariró

Wariró é um personagem mítico, presente na maioria das narrativas dos povos do Rio Negro. Na versão do povo Baré, ele tinha muitas filhas. E era o que ele tinha de melhor, o que ele podia usar para “conseguir” o que ele não tinha. A narrativa conta que na mesma época, vivia o Basebó, que conhecia e fazia todos os tipos de artesanatos. Vendo isso, Wariró deu uma filha ao Basebó para ter em troca todos os tipos de artesanatos, que ele – Basebó – sabia fazer (em várias oficinas realizadas isso sempre era contado por diversas pessoas que conduziam o encontro).

Não há palavras para definir a diversidade que se compõe o Wariró, eu, artesã Elizangela Baré, muito humildemente e feliz de poder descrever e escrever sobre essa Casa da Diversidade que foi ganhando vida, crescendo e recrescendo através das modelagens feita por mulheres que sempre tiverem amor, cuidado, respeito e sonhos de contribuir com a organização dos artesãos e artesãs do Rio Negro, principalmente com foco nas comunidades indígenas de que, de fato, o mesmo possa se tornar realidade na vida dos municípios Gabrielenses, com foco as mulheres de pouco estudo e condições de se autossustentar em meio urbano, além de se proteger de comerciantes e regatões exploradores de nossos conhecimentos dentro de nossos territórios.

Essa conquista surgiu depois da Fundação da FOIRN, principalmente após a Demarcação de Terras Indígenas, se fortalecendo mais com o surgimento do Departamento de Mulheres indígenas do Rio Negro (2002), o mesmo é o resultado de vários encontros e oficinas, projetos que financiaram as ações do DMIRN, atividades realizadas nas comunidades, aos poucos se tornando realidade, principalmente com foco na sabedoria das mulheres das áreas de abrangência da FOIRN. Acreditávamos que nós, mulheres, pudéssemos viver de nossas artes, que esse conhecimento tradicional, o modo de fazer, o modo de produzir pudessem trazer para nós mulheres uma renda extra, além de sair da exploração de regatões até mesmo das salesianas (irmãs) e fazer que os nossos produtos fortalecessem também a nossa cultura imaterial, que naquele momento passávamos por diversas transformações. A organização do movimento indígena foi árdua e complexa, onde precisamos de estratégias para dizer que os nossos territórios têm vidas para além dos olhares.

A Wariró é o legado mais visível organizado por mulheres. Podemos observar que a mesma continua sendo organizada e reconduzida por mulheres. Já existia a venda de artesanatos antes da fundação do DMIRN, os líderes do movimento indígena na época já atuavam com essa demanda (venda de artesanato do Rio Negro), já em 2002. Depois da organização do DMIRN, essa função passou ser feita por mulheres. A mesma era organizada independentemente em acompanhamento mais próximo feito pelas coordenadoras do DMIRN da época. As nossas atividades sempre foram feitas em conjunto ao setor das mulheres. Eu, Gilda Barreto do povo Baré, fui convidada voluntariamente a poder fazer parte dessa organização de venda dos artesanatos. Quando chegamos na sede da FOIRN, observamos a diversidade de artesanatos que já se tinha lá. Uns estavam em ótimo estado e outros danificados, em virtude de que, há meses, os mesmos se encontravam em lugar não apropriado para armazenamento das artes.

Assim, aos poucos, fomos reorganizando. No primeiro momento, chamamos de Loja da FOIRN, assim de poder vender os artesanatos que foram adquiridos antes de nossa organização, não tinha nada escrito em papel, só sabíamos que aquelas artes foram feitas pela moradores do Rio Negro, aos poucos fomos organizando e eu conhecendo mais os artesão e artesãs, na época os povos Baniwas, já se encontravam organizados em sua região com foco na organização de venda de artesanatos da calha do Rio Içana, já tinham o projeto chamado de Arte Baniwa, uma experiência pioneira que oferece benefícios econômicos e culturais.

Com a experiência dos povos Baniwa, fomos também organizando com as mulheres da época a preocupação com a geração de renda sustentável, para o fortalecimento da cultura de seu povo, porque naquele momento os territórios e as comunidades passavam por imensa reorganização, luta pela saúde, educação, políticas públicas e geração de renda. Muita coisa se avançou em nossas comunidades e em nossos município deste então, mas o maior desafio até agora é na buscar em algum lugar dessa sociedade, e pequeno espaço para a sabedoria tradicional, que são os artesanatos, para transforma-los em dinheiro e assim poder comprar sal, café, açúcar e roupa etc.

Esse era o pensamento da época, mas isso não basta só pensar e falar. Precisamos de pôr mão na prática, de poder encontrar formas para transformar as falas e pensamentos em realidade. Tudo foi muito difícil. O mercado é muito exigente, tem seu próprio sistema de comercialização. Pôr produtos indígenas nas prateleiras da sociedade brasileira é muito complicado. Além disso, muitas das nossas artes são feitas manualmente, tradicionalmente a matéria-prima é retirada da floresta. Só isso impedia as nossas vendas em virtude que a confecção era feita fora das formas como dos mercados. Vendo isso, começamos a organizar oficinas que visam qualidade e quantidade de produtos para podermos pôr eles para venda. Organizamos essas artes denominando o povo, a cultura, tipos de matérias-primas em que as mesmas são confeccionadas. Além disso, elas são feitas de forma tradicional, têm uma marca de identidades culturais imateriais, sendo também uma forma de organizar as mulheres para dentro do movimento indígena, assim se fortalecer cada vez mais em suas comunidades, mostrar que as suas sabedorias podem ajudar no fortalecimento institucional do movimento do Rio Negro.

Aos poucos fomos compreendendo as formas de comercialização no DMIRN e na Loja da FOIRN, de como é a roda do sistema, que não era dominado por nossas pessoas as criatividade. Através de parcerias, foram surgindo principalmente com os pesquisadores que vinham pelo Instituto Socioambiental-ISA, onde o mesmo fazia assessoria ao movimento indígena. Como sabemos, os brancos (Kariwas) sempre tiveram mais oportunidades que todos outros povos. Eles já eram pesquisadores na época e tinham educação formal mais elevada, e com eles chegavam pesquisas que visavam alternativas econômicas indígenas, de como atuar nesse tema da sustentabilidade tradicional e o autossustentar. Dentro das comunidades e territórios era a proposta mais sonhada pelas mulheres do Rio Negro. Era a solução de fazer com que elas tivessem renda em suas famílias, porque, até aquele momento, nos povos do Rio Negro poucos tinham documentação. Eram poucos aposentados e as políticas sociais não haviam no município. Na época a solução nossa nessa era a confecção de artesanatos.

Os grupos e as associações de mulheres nunca desistiram de buscar valorização dos produtos indígenas produzidos pelos povos da região, de ter seu próprio autossustento, com a possibilidade de geração de renda diretamente às comunidades, além de transformar os saberes em uma ajuda financeira para a família e para a própria autonomia. Não importava se a mulher tinha estudo, ou falasse bem o português, ou se era senhora, ou jovem. Desde o início, o pensamento nosso é de ajudar quem de fato precisa, onde a maior parte delas se encontram em comunidades, criando também essência para se organizarem e com isso poderem introduzir demais temas relevantes em suas vidas. Principalmente de ter também observado muitas mulheres indígenas que vinham de comunidades para o contexto urbano. Elas acabavam como empregadas domésticas das esposas dos militares ou comerciantes residentes na cidade, além de caírem no alcoolismo e prostituição.

Por isso que a nossa organização de mulheres visa vidas, reconstroem saberes, reorganizando as mulheres a vivências em um mundo onde a base se encontra no capitalismo. Sem ele não podemos por pão de cada dia em nossas casas, comunidades e, hoje, manter os filhos nas universidades. Para que possamos ter oportunidades de vivência nas mudanças da sociedade, precisamos acompanhá-la.

A Baré Gilda Barreto, coordenadora da época da Wariró, ressalta que as iniciativas vêm se somar a um trabalho desenvolvido desde 2005. É resultado de vários encontros, oficinas, seminários e trocas de experiência, em que surgiu a Casa Wariró. Foi uma festa, onde depois de muita luta víamos as nossas metas saindo do papel, se tornando realidade no Rio Negro, principalmente as nossas artes foram ganhando vidas. Víamos que as primeiras iniciativas, como já citei, acontecem na região dos Baniwa, sendo uma delas o I Encontro de Produtores Indígenas, que se iniciou em 2006 e surgiu a partir das iniciativas Baniwa, Organização Indígena do Bacia Içana (Oibi).

Mas, como todos sabem, na madrugada do dia 9 de junho de 2014, conforme o análise feita na câmara de segurança, tivemos um incidente marcante em razão de um incêndio. Esse foi um dos acontecimentos mais tristes que ocorreram na vida do movimento indígena, principalmente um trabalho organizado, pensado, conquistado e conduzido por mulheres onde esse fato nunca foi esclarecido ao povo gabrielense, onde os mais atingidos com isso foram os que abasteciam e davam a vida a Loja Wariró, que são os artesãos e artesãs do Rio Negro.

Um fato criminoso, que afetou artefatos únicos e históricos do Rio Negro, além de uma grande perda de artesanatos, destruindo coleções de fotos que retratavam a vivência dos povos do Rio Negro, destruição de diversas publicações, praticamente tudo destruído: vidas registradas, trabalhos, sonhos, organizações. Praticamente paralisou. Sabemos que, hoje, depois de 9 anos, estamos retomando aos poucos. Como somos sabedores, recursos financeiros não temos para recuperar isso de uma hora para outra. Foi muito trabalho destruído. Não temos palavras para definir isso, só sabemos que é um recado dado aos povos indígenas, onde sabemos que em nenhum lugar somos como parte da sociedade.

Maria Lindalva Fontes Olímpio, do povo Baniwa (2005 a 2007)

O umbigo da Maria Lindalva Fontes Olímpio, do povo Baniwa, é natural de Distrito de Assunção, no médio Içana, falante da língua Yëgatú. É filha de dona Anita Fontes e do senhor Manuel Olímpio, ambos do povo Baniwa. Os mesmos eram falantes da língua Yëgatú. Por isso, enquanto filha, falo mais a língua do meu pai.

Como sempre, só do fato de sermos mulher e jovem, isso sempre foi um desafio, mas a nossa atuação sempre focou na coletividade, de lutar pelas mulheres, pelo nosso território, pela vida das mulheres e de nossos jovens, por que as nossas ações têm como principal objetivo a luta pelo direito das mulheres. As nossas ações eram voltadas para organização de geração de renda, mas em nossas oficinas acabávamos dialogando vários assuntos de nossos interesses, como a nossa cultura, os nossos mitos, e falamos em nossas línguas. Isso que buscávamos fazer - juntar as mulheres e poder ouvi-las -, como nós, que estávamos na coordenação, sabíamos escrever um pouco a língua dos Kariwa, íamos escrevendo as necessidades contadas por elas.

Essas mulheres que o DMIRN buscou organizar são mulheres de lideranças, que atuaram pela demarcação de terras indígenas. Os seus maridos saíam de suas casas para participar de eventos, encontros e reuniões, em busca de lutar contra a colonização que chegava nessa década, sem contar a poluição dos rios, igarapés e doenças nos territórios indígenas.

Muitas vezes, essa mulher que ficava meses no território, cuidando de seus filhos, não tinham programa social oferecido pelo governo. Vendo essas necessidades, nós da coordenação do DMIRN queríamos contribuir, fazer com que as mulheres rionegrinas pudessem também usufruir de outros alimentos, vestimentas e de ajuda com seus filhos na escola. Na época, a única solução vista por nós era a confecção de artesanatos, para estimular elas a organizar os produtos e poder gerar dinheiro para compra, suprimento para ajudar que aquela mulher tenha uma vida com mais qualidade e segurança.

No projeto, o foco sempre foi organizar essas mulheres a partir de seu próprio contexto social, respeitando a sua organização social e a sua cultura. Por isso que hoje temos mulheres diversas, artesãs que fabricam as diversidades de matérias-primas que temos, porque desde o início da nossa organização, sempre frisamos isso: organizar conforme a sua realidade, buscar ampliar a valorização de sua cultura e fortalecer a sua língua materna, para que as crianças e jovens possam sempre respeitar o lugar de origem e conhecer a si mesmos, por que nessa época pós internato, as línguas indígenas passavam por diversos processos de modificação. Os que mais falavam a língua eram as pessoas mais velhas na comunidade, e isso era a nossa preocupação: de não esquecer nossa origem, mas sim buscar a preservação do que ainda nos resta.

As mulheres rionegrinas são fontes da vida, são resistência que temos aqui, porque elas são as guardiãs da sabedoria, são sementes que podem ser multiplicadoras para a geração que temos. Elas são as mães que dirigem a maior parte desse território, por que suas ações é que identificam que são suas línguas, são as prevalecidas para os seus filhos e netos, os seus conhecimentos são repassados para além de suas visões. Assim são as mulheres, os projetos da época eram isso: organizar o que já sabíamos fazer. Assim, esse saber se tornou algo que poderia nos ajudar a suprir as nossas necessidades.

Nós, mulheres indígenas, em nossos projetos sempre frisamos as realizações de oficinas de capacitação em associativismo, que tiveram por objetivo capacitar as associações de mulheres nas estruturas e funcionamento de uma associação, noção participativa do etnodesenvolvimento e sustentabilidade. Viu-se a necessidade também de discutir o impacto da Lei Maria da Penha nas comunidades indígenas. Essa Lei é importante para o diálogo entre as famílias, para esclarecer as questões polêmicas e evitar conflitos. Somos mulheres do diálogo que visamos, o bem está para além do presente.

Quando fomos eleitas, as nossas ações são continuidade de atividades, ou seja, somos colocadas nesse espaço com objetivo de dar continuidade do autocuidado da vida do DMIRN. Quando chegamos, já tivemos apoio da SSI e CESE. Na época, a nossa preocupação era criar associações de mulheres nas regiões que ainda não tinham, discutir saúde da mulher indígena e fazer oficinas para melhorar o trabalho dos artesanatos das mulheres.

Quanto a nossa luta e nosso histórico de atuação, vale destacar que as mulheres se organizaram principalmente no foco dos artesanatos. As mulheres se tornam chefes de famílias no momento em que seus esposos passam a sair para eventos, encontros e seminários que a FOIRN promovia, em busca de articulação de demarcação de terras. Os esposos, quando saem de seus territórios, as mulheres começam a enfrentar muitas dificuldades de poder alimentar os seus filhos. Na época, tinham muito regatões, que eram canoas enormes onde vendiam alimentos, como café, açúcar, sardinha, conserva, sabão, querosene e sabão. Sem os seus maridos, essas mulheres enfrentavam dificuldades. E quando eles voltavam dos encontros, não traziam nada para a sua família. Vendo essa necessidade, as mulheres começam também se organizar. O foco era nos artesanatos: confeccionar para trocar e vender para os regatões e freiras, para poder alimentar os seus filhos. Vendo isso, o DMIRN busca organizar isso para poder organizar a venda dos artesanatos, não só para os regatões e freiras em base de troca, mas sim de poder dar essas artesãs dinheiro e elas adquirirem mais coisas de suas necessidades.

Também, na época, a saúde indígena precisava se organizar. As mulheres rionegrinas tinham muito resistência de ser atendidas por equipes multidisciplinares, não queriam fazer pré-natal, nem ir ao dentista, nem mesmo vacinar. A resistência também era de fazer o PCCU, até hoje ainda tem mulheres rionegrinas que ainda não querem fazer, por isso achávamos necessário de organizar encontros que falam sobre a saúde da mulher, de poder contribuir e conscientizar a importância de se cuidar para que ela não venha a sofrer e se prevenir. Sem saúde não adianta falar de outras temáticas. As oficinas, mobilizações e articulações têm como foco garantir a nossa autonomia política, garantir as nossas lutas pelos nossos direitos, a sustentação econômica de fato, em desafio nas comunidades onde o DMIRN atuava. Para isso, precisávamos capacitar mais lideranças, organizar encontros que visavam articular uma série de reivindicações.

Marilda Selma Florisbela Ferreira, do povo Tukano (2008 a 2009)

Em Memória

Marilda era da etnia Tukano. Foi coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro entre o período de 2008 e 2009. Marilda vivia com câncer do colo do útero e teve que deixar os seus trabalhos no Departamento por conta do agravamento do câncer e, posteriormente, faleceu em Manaus, em decorrência da doença. As informações foram repassadas pelo pai de Marilda.

Rosane Cruz, Oholipako, do povo Piratapuya (2010 a 2013)

A mãe Piratapuya nasceu e cresceu em Iauaretê, no Rio Waupés, um dos principais afluentes do Rio Negro. Nessa época o DMIRN funcionava com a coordenadora e vice coordenadora, segundo os arquivos pessoais do DMIRN/FOIRN. Eu, como escritora do livro, posso ler alguns relatos feitos pela ex-coordenadora do DMIRN.

Vendo alguns de seus relatórios, sempre sorridente, corajosa e guerreira, aos 22 anos assumiu essa coordenação Rosane Cruz, ou Oholipako, etnia Piratapuya. Antes de chegar na coordenação, a mesma fez o Curso de Gestores de Projeto e assumiu o DMIRN em 19 de maio de 2010.

Rosane relata que desde que assumiu a coordenação a sua rotina mudou para reuniões e viagens constantes, na busca de ajudar a reorganizar o espaço do DMIRN. Segundo ela, o objetivo é assumir o compromisso de assegurar e viabilizar a defesa e o exercício dos direitos das mulheres indígenas na área de atuação da FOIRN, e representar politicamente organizações de mulheres indígenas do Rio Negro, dos 23 povos da região em eventos deliberativos locais e nacionais.

Nesses últimos 25 anos de existência da FOIRN, a mesma pode claramente perceber que as associações, compostas por mulheres, têm com foco principal a produção e comercialização de produtos feitos por elas. Atualmente, soma-se 14 associações de mulheres filiadas a FOIRN. Cada uma delas nas respectivas áreas de abrangências e dificuldades diferentes, compostas por espaços geográficos bastante amplos e de difícil acesso.

Segundo a Rosane, apesar das dificuldades que se enfrentam, o movimento de mulheres vem crescendo nos últimos anos. "As associações de mulheres na região estão crescendo aos poucos, mas ainda enfrentam muitas dificuldades, como a elaboração de projetos, formação técnica em linguagem exigida pelos editais de financiamento e com a própria documentação da associação", disse.

A mulher assume um papel importante na maioria das histórias e mitos. Como sabem, o DMIRN foi conquistado em 2002, assim passaram a participar ativamente das atividades e ações da federação. Mas, somente a partir da XVI Assembleia Geral da FOIRN, realizada em Barcelos no início de 2011, com a aprovação do novo estatuto, passaram a ter direito de estarem - obrigatoriamente - participando da eleição e concorrer vaga a diretoria da federação (cada coordenadoria regional tem direito de indicar/escolher, por meio de votação, três candidatos. Entre esses, uma vaga é de uma candidata mulher).

Já o dia 8 de novembro de 2012 entrou para a história do movimento indígena do Rio Negro. O dia em que foi eleita uma mulher para presidir uma das maiores e mais respeitadas organizações indígenas do país, a FOIRN. O nome dela é Almerinda Ramos de Lima, 40 anos, da etnia Tariana, que deixou os homens com brilhos nos olhos de surpresas e apenas na condição de expectadores na lotada maloca da FOIRN. Muitos desafios vêm pela frente para serem enfrentados. E lá vão elas, as lideranças e guerreiras. Com coragem e garra.

Anair da Silva Sampaio, do Povo Tukano (2010 a 2013)

Anair da Silva Sampaio é natural do município de Santa Isabel do Rio Negro, filha de Madalena da Silva Sampaio, do povo Arapaço, natural da comunidade Loiro, Rio Waupés, e do senhor Ricardo dos Santos Sampaio, do povo Tukano.

“As mulheres sempre vêm se organizando, discutindo e defendendo os seus direitos. Desde a fundação do DMIRN, sempre estiverem presentes na luta pelos seus direitos, pela demarcação das terras, pela saúde e pela melhoria da educação. Somos raízes que percorremos diversos caminhos. Nunca deixamos de sonhar por uma vida mais digna, onde o respeito possa fluir e criar frutos para dar continuidade da luta de mulheres.

Assumimos o DMIRN em 19 de maio de 2010, em virtude que a colega saudosa Marilda estava doente. Lembro que teve uma assembleia extraordinária onde fomos eleitas eu e a Rosane. Quando chegamos nesse departamento, o mesmo se encontrava praticamente abandonado. No primeiro momento foi de poder organizar tudo o que se encontrava na sala deixada pelas as companheiras que nos antecederam. Arrumamos arquivos de documentações, varremos a sala, praticamente fizemos uma faxina.

Passar por esse departamento é um grande desafio e aprendizado onde muitas coisas foram deixadas de lado pelas lideranças homens. A Rosane sempre fazia mais viagens externas e eu internas nas bases, por isso tive muitas oportunidades de conhecer as mulheres das cinco coordenadorias, onde elas foram a minha inspiração de seguir organizando e lutando ao lado delas, em virtude que elas que precisavam de minha presença, da minha voz.

Eu era a pessoa que poderia ajudá-las em realizar sonhos de diversas associações de mulheres que naquele momento, julho de 2011, conforme a nossa organização das 80 associações afiliadas à FOIRN, somente 10 associações eram constituídas por mulheres, onde me lembro em poucos dias a colega Rosane fez uma viagem para o Rio Xié, onde essa viagem teve por objetivo organizar uma associação de Mulheres Werekenas. Na época ela visitou 14 comunidades, a mesma foi acompanhada pelos coordenadores da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX), Filadelson e Evanildo, pelo Denivaldo Cruz, representando o senhor Luiz, diretor da FOIRN (referência da Região do Alto Rio Negro) e Adão, do Controle Social do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena/Alto Rio Negro).

Nós, mulheres, ao assumir as coisas sempre procuramos fazer o possível para acompanhar as parentas das bases e organizar o nosso setor, onde me lembro nessa época organizamos os arquivos de documentação do DMIRN. E nós mesmas tínhamos que escrever projetos de captação de recursos financeiros para poder chegar nas comunidades. A nossa maior dificuldade era recurso financeiro, porque sem dinheiro não podíamos chegar nas comunidades. Como comprar gasolina? Como comprar alimentação? Era muito difícil, penso eu, que nós mulheres que perpassamos esse caminho de dirigir esse espaço, trouxe para a nossa vivência uns dos maiores aprendizados, que é luta para si e luta por todas. É um papel árduo, onde só quem perpassou pode contar a experiência. Para mim, cada atividade realizada por essas mulheres foram sementes que visam multiplicar o bem contra o mal. Não é fácil, muitas vezes, quando você não sabe o que significa o movimento indígena.

Muitas vezes não falamos das coisas que vivenciamos de fato, por que somos discretas e o ego da mulher indígena é muito mais do que o respeito, mas sim é símbolo de coletividade, onde muitas vezes as negações são guardadas entre setes chaves. Preferimos falar das coisas boas e de estratégias que visam a coletividade, fazendo chuvas, sol, cachoeiras e caminhos longos. Preferimos falar de nossas conquistas do que falar de coisas que não visam nenhum futuro para nós, povos rionegrinos. Somos sementes de multiplicação que visam além de si próprio.

Então, eu passei por esse processo, mas nunca desisti, nem de mim, nem das mulheres. Sigo firme e forte até hoje, sonhando com dias melhores. Acredito que o DMIRN/WARIRÓ tem muita coisa para contar. Somos muitas vezes caladas, em virtude que nós mulheres indígenas não somos da escrita, somos da oralidade. Isso faz com que muita história se torne invisível e esquecida por muitas de nós. Fizemos o que esteve em nosso alcance. Seguramos o que tivemos que segurar, falamos o que tivemos que falar. Acredito que até hoje isso segue. Sei que muita coisa não falamos. Sei que muita coisa não expressamos. Só sei que as mulheres rionegrinas nunca deixam de lutar e sonhar em coletivo, onde esse espaço nos dá oportunidade de lutar e mostrar aos demais que somos capazes de lutar por nós.

Francineia Bitencourt Fontes, do povo Baniwa (2014 a 2016)

Francineia Bitencourt Fontes (Francy Baniwa) é mulher indígena, antropóloga, fotógrafa e pesquisadora do povo Baniwa, clã Waliperedakeenai, nascida na comunidade de Assunção, no Baixo Rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Engajada nas organizações e no movimento indígena do Rio Negro há uma década, atua, trabalha e pesquisa nas áreas de etnologia indígena, gênero, organizações indígenas, conhecimento tradicional, memória, narrativa, fotografia e audiovisual. É graduada em Licenciatura em Sociologia (2016) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É mestra (2019) e doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ). É pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Arte, Ritual e Memória (LARMe) e do Núcleo de Antropologia Simétrica (NAnSi) da UFRJ, e do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI) da UFAM.

“Hoje sou uma liderança com muito orgulho. Tudo se deu início na minha comunidade Assunção do Içana, quando assumi cargo de liderança na minha comunidade. Carrego essa força das minhas avós. Por onde caminho consigo sentir a presença delas, através do vento, do sonho e dos conselhos. Por onde passo carrego essa força ancestral Waliperedakeenai. Me sinto muito orgulhosa de ser umas das ex-alunas do Centro Amazônico de Formação indígena (CAFI) da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) no ano de 2009. Participei de curso de formação para jovens lideranças indígenas dos nove estados da Amazônia Brasileira e fui representar a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Sou mãe, liderança, ativista, professora, pesquisadora, mas acima de tudo sou filha e neta deste lugar sagrado, que é meu território de origem, que representa meu corpo sagrado.

Em 2014, fui eleita na VI Assembleia Eletiva do DMIRN, indicada pelas mulheres da minha região e acabei sendo eleita, junto com minha colega Rosilda Cordeiro do povo Tukano. Eu jamais imaginei que um dia poderia estar trabalhando com as mulheres dos 23 povos que moram neste território. Pude aprender muito com as mulheres da minha comunidade, ouvindo as mais velhas que são minhas avós e tias, ouvindo conselhos da minha mãe, primas e amigas sobre a importância da representatividade e respeito. Confesso que tive um pouco de medo, porque eu não tinha casa em São Gabriel e tinha filhos. Mas trabalhar com as mulheres de diferentes povos foi uma riqueza e experiência única que tive o privilégio de conhecer e orienta-las. Fiz tudo que estava ao meu alcance e aprendi muito com elas, sobre sonhos, empoderamento, respeito, protagonismo e acima de tudo não soltar a mão de ninguém.

Quando assumimos essa missão, sabíamos que não seria fácil, mas estávamos muito determinadas de dar continuidade dos trabalhos das nossas antecessoras que foram Rosane Cruz e Anair Sampaio.

O Departamento de Mulheres tinha missão de fazer a diferença quando se fala em gênero, direito das mulheres, políticas públicas, capacitações, formações, economia, produção de artesanatos e geração de renda. Esses trabalhos que realizamos deu uma visibilidade a essas associações, cada uma atuando em seus territórios de atuação. Acredito que fortalecemos e demos a elas a visibilidade ao empoderamento das mesmas de contribuir no movimento indígena. Esses três anos de muito trabalho, com aprovação de projetos realizamos várias ações que possibilitaram o fortalecimento, empoderamento e criação de várias associações de mulheres, aproximando pautas importantes e propondo reflexões sobre gênero, dialogando com discursos de diferentes lideranças que já haviam ocupado esse cargo dentro da FOIRN, discutindo políticas estratégicas para fortalecimento das associações de base.

Mesmo sabendo que a luta seria difícil, não baixei a cabeça. São tantos desafios quando se está no movimento indígena por ser mulher, sabendo que sempre seria vista como frágil, mas nunca me senti intimidada porque tive apoio dos meus parentes Baniwa. As mulheres indígenas estão presentes em tudo. Às vezes, não têm muita visibilidade. Porque essa opressão já surge dentro das nossas comunidades.

Porque nós somos mulheres, nós temos filhos, nós temos maridos e nós não podemos sair, nós temos que ficar em casa e a maioria das pessoas que são escolhidas são os homens. Ainda sofremos violência física e psicológica. Hoje lutamos pelos nossos direitos de sermos lideranças, poder estudar mesmo tendo filhos, porque é nosso direito buscar e escolher caminhos para sonhar.

Nesses anos de luta que somos livres e que somos muito fortes e sonhadoras, quando trabalhamos no movimento indígena, não temos feriado e nem final de semana, por que todo tempo estamos ajudando nossos parentes nas comunidades, entre chuva e sol, navegando entre os rios e igarapés, entre trilhas e estradas, entre roça e cidade, universidade e comunidades, entre oralidade e escrita, entre a arte e a música.

Enfim, que possamos sempre lembrar quem foram as primeiras associações e inspirações para nós e para os nossos filhos. Cito aqui com muito orgulho que pilar que somos, as duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiguí (AMITRUT). Os demais departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas foram se constituindo a partir da década de 1990, criando-se em 2002, na ocasião de um primeiro encontro de mulheres indígenas amazônicas, um Departamento de Mulheres Indígenas dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Deste, surgiu a União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) em 2009. Sigamos firmes e fortes.

Rosilda Maria Cordeiro da Silva, do povo Tukano (2015 a 2016)

O DMIRN foi composto por raízes, igarapés, rios e flores naturais. Uma delas se chamou Rosilda Maria Cordeiro da Silva, nascida no distrito de Taracuá, em 1962, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil. Filha de Pedro da Silva, povo Tukano, e de Emília Cordeiro, povo Arapaço (falecida em 1976). Rosilda viveu dos quatro a nove anos com seus avós maternos na comunidade de Jebari. Com sua avó Mariquinha ia para roça, acompanhava a técnica de coleta e agilização do amadurecimento da banana. Num buraco, forravam com folhas de bananeira e embaúba o cacho inteiro aproximadamente por uma semana. Quando retornavam no local do "amadurecimento" já estava madura e pronta para comer. Aos domingos, percorriam de canoa para rezar e assistir jogo de futebol na comunidade de Loiro. No trajeto mais longo no rio Uaupés remavam imitando pássaros, assim seguiam para festas de Páscoa, Natal e passavam por Urubuquara, nas proximidades do local do nascimento da humanidade. Chegando no distrito de Taracuá, nas festas religiosas, recebia farofa e bombons. Na aldeia Paraná-Jucá colhiam frutas, como a pupunha.

Aos 15 anos de idade perdeu a mãe. Entre 1975 e 1982, fez o Ensino Fundamental na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, na comunidade de Taracuá, Baixo Uaupes, e em 1983 foi chamada para trabalhar como professora na escola com as crianças de Jardim de Infância. Iniciou carreira de professora antes de finalizar o magistério. Ingressou na Licenciatura do Curso Normal Superior – séries iniciais do Ensino Fundamental – UEA, de 2002 a 2005. De 2010 a 2016, estudou no Ensino Superior: Licenciatura Plena em Letras PARFOR/UFAM. De 2004 a 2013, dirigiu a Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracuá – AMIRT. Esteve como presidente da associação por 10 anos.

De 2013 a 2016, assim que se aposentou e afastou-se da escola, assumiu o Departamento de Mulheres – DMIRN/FOIRN, de abrangência regional nos três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Foi eleita no dia 5 de dezembro de 2013, na VI Assembleia Eletiva do DMIRN, na presença de mais de 50 mulheres, na Maloca do Saber, em São Gabriel da Cachoeira. Nós, mulheres indígenas, sempre tivemos lutando pelos nossos direitos, pela demarcação das terras indígenas, pela saúde e educação.

Além disso, a nossa assembleia é feita com dinâmicas, cantos indígenas, exposições de artesanatos indígenas, falamos na língua para que assim possamos construir espaço que visa a coletividade, para que as nossas perspectivas e propostas possam se consolidar e assim de fato fazer a diferença na vida das mulheres rionegrinas, para que elas possam sair de seu casulo e ir para além do seu conhecimento tradicional, onde podemos através de nossa união ocupar lugares jamais imaginados. Somos compostas por nutrientes que podem se multiplicar cada vez mais, sem sair de seu contexto.

O corpo físico pode sair, mas a essência não, para que o conhecimento da mulher não se perca para além de sua tradição e dizer que é capaz de estar em conexão sempre com a sua ancestralidade cultural.

Somos mães, artesãs, professoras, agricultoras, funcionárias que queremos usar as experiências que temos para dar continuidade dos trabalhos das mulheres. O grande desafio do DMIRN é a articulação de recursos financeiros para podermos alcançar as comunidades indígenas. Precisamos de apoio para andar nos lugares onde ainda não conseguimos chegar, ter equipamentos para as nossas atividades e assim multiplicar as experiências das mulheres que já estão nesse espaço do movimento, com quem ainda precisa somar junto a nós.

Isso é um dos objetivos da criação do DMIRN: tirar as mulheres rionegrinas da invisibilidade para que elas possam se sentir amparadas por mais mulheres. Isso só é possível através de encontros, oficinas, palestras e rodas de conversas. Em 2020, na Assembleia Eletiva da Coordenadoria, foi eleita como coordenadora executiva da Região Diã Wi'í, para assim continuar atuando em defesa de nossos territórios e poder travar batalhas que poderão, no futuro, demonstrar os nossos nomes que foram postos nesse setor retratam as lutas dos 23 povos indígenas, na busca de sustentabilidade, respeito e dignidade.

Elizangela da Silva Costa, do povo Baré (2017 a 2020)

Mãe do povo Baré, falante da língua Yêgatu, natural do Sítio Santa Ana da Terra Indígena Cue-Cue Marabinas, filha de Auxiliadora da Silva Livino, do povo Baré, e de senhor Laurindo Gomes da Costa, do povo Baré. Tenho três filhos. Estudei na comunidade Ilha de Açai. O meu Ensino Fundamental concluí na Escola Estadual Dom João Marchesi, Ensino Médio do Colégio Estadual Irmã Inês Penha. Tive a oportunidade de cursar Licenciatura Plena pelo PARFOR, em Sociologia, de 2011 a 2016 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e de 2017 a 2021 cursei Pós em Educação Escolar Indígena pela UFAM. A vida formal foi muito importante para mim como mulher, me ajudou a sair do contexto tradicional e assim compreender coisas para além da nossa tradição.

“Sou uma mulher ribeirinha de fácil contato com a cidade, mas para mim nunca foi fácil. A minha mãe era agricultora e artesã, a mesma é analfabeta e o meu pai não concluiu o seu Ensino Fundamental. Sou filha de pessoas humildes, de pouco conhecimento formal. Em compensação, tenho sorte de ser filha de pessoas compostas por infinidades de conhecimentos tradicionais. O meu pai é fabricante de canoas. A mãe, de artesanatos, e grande guardadora de conhecimento da roça e seus derivados. Ela me ensinou muita coisa junto ao meu pai. Vejo que os conhecimentos tradicionais são o melhor que um ser humano tem, porque ele é único e inexplicável. Assim, é o melhor guardião que temos entre nós, que se chama conhecimento da oralidade. É o que resguarda a vida dos povos originários, é o que resguarda a floresta. A sabedoria indígena ecoa em virtude da existência da mãe natureza.

Sempre acompanhei o movimento indígena. Quando era adolescente sempre vi os meus tios falando sobre o movimento indígena, que visava, na época, tirar os garimpeiros e dragas do meio do rio. Inclusive, próximo a minha comunidade, tem uma estrada onde a mesma visa ligar uma rodovia a Mitú, na Colômbia. Atualmente na região onde eu nasci tem poucas pessoas da minha etnia morando por lá, principalmente as mulheres daquelas comunidades. Elas casaram com pessoas de fora, chamadas de Pião. Em virtude disso muitas delas moram em São Gabriel ou Manaus.

Em 1993, a minha mãe pediu para as minhas tias nos abrigar em São Gabriel para estudarmos, assim tivemos que mudar. As minhas tias paternas eram muito religiosas, sempre estavam na igreja, em virtude que elas eram professoras do internato. Então, ao chegar na cidade, isso ficou mais forte porque, como sempre, costumamos de falar. Os salesianos jesuítas foram os colonizadores que mais atuaram em desestruturar as tradições rionegrinas, ao mesmo tempo foram os que ajudaram também a organizar a retomada dos direitos indígenas, então aconteceu o mesmo, sempre participando dos encontros, seminários de adolescentes e jovens, aprendendo cada vez como movimentos sociais e com os movimentos indígenas, onde sempre as minhas tias iam vender seus artesanatos e íamos junto delas.

Para mim, na minha pequena compreensão, no movimento indígena não aprendemos, mas sim vivenciamos as suas etapas de construção. Para mim, o movimento indígena se constituiu a partir da necessidade de um determinado território, para defender a si mesmo. É uma ferramenta de articulação que visa atuar para si próprio: você mesma fala, escreve, constrói, propõe e monitora a sua execução que já não está em seu alcance, mas já se encontra em outro espaço ou contexto. Então, em virtude disso, lutamos por esse espaço, para que um dia possamos, de fato, ver os resultados de lutas do movimento indígena sendo executados, para minimizar os problemas que foram criando raízes há mais de 522 anos.

Em virtude disso, as lutas se construíram para que possamos achar soluções que venham nos ajudar a reorganizar, minimizando as consequências da colonização, da industrialização e da modernização. Isso trouxe a necessidade de termos direitos em espaço jamais imaginados, direito a ter um RG, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento. As nossas lutas ao acesso a essas políticas sociais fazem com que possamos cada vez mais achar soluções que visam o bem viver coletivo, onde todos possam usufruir desses espaços sociais e assim buscar o melhor para si e para o território de abrangência.

Tive a oportunidade de atuar na escola como professora do Ensino Fundamental I, onde convivi com pessoas que precisam ter uma educação formal, para que possam caminhar próximo a globalização. Atuei de 2009 à 2016. Em 2009, também organizamos um grupo de mulheres para atuar com a geração de foco no artesanato e produtos da roça. Até hoje continuo contribuindo com esse grupo, onde, em 2020, a mesma se constituiu como Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro-AMIARN.

Eleita na VII Assembleia Eletiva do DMIRN, como já citei acima, cresci vendo as parentas fazendo mobilização e articulação. Em 3 de janeiro cheguei para assumir o DMIRN. Foi muito inspirador porque é uma casa que eu chamo “Casa de Proteção”, porque vejo que essa instituição faz isso proteger a si e a coletividade, onde essa casa atua fazendo chuvas, sol, tempestades, doenças, ameaças a mesma, faz a proteção e o resguardo dos direitos e exerce o controle social, visa o cumprimento de políticas públicas para os povos originários do Rio Negro.

Pude descobrir que não é nada tão simples representar 23 povos indígenas. Requer uma responsabilidade para além de ser uma mãe. O mesmo é amplo e o espaço geográfico é muito extenso. Temos infinitas metas, umas são alcançadas e outras são esquecidas. Umas têm avanço, outras nem são faladas. Assim é o espaço do movimento: uns ganhamos, outros perdemos. Tem dias de alegria, tem dias de tristeza, tem dias de conquista e dias de desafios.

O COVID-19 foi um dos maiores desafios vividos, em virtude que era uma guerra invisível, onde não sabíamos como lidar com esse vírus que saiu do vento percorrendo todo o planeta. Fizemos o que esteve ao nosso alcance, sem esquecer de nossas famílias e das pessoas mais vulneráveis. O vírus não causou só a morte, mas sim diversas vidas foram destruídas, levando humanos para o abismo profundo onde até hoje essa consiste entre os humanos. Não podemos ficar simplesmente olhando. Precisamos continuar nos resguardando para além dos cuidados que já temos, não esquecendo que as políticas sociais precisam reviver e trazer o bem viver novamente para o contexto indígena. As universidades precisam chegar mais próximo de quem precisa, as formações precisam ampliar-se cada vez mais. Precisamos reviver para viver.

Ser uma mulher Amaró não é tão simples, porque estar nesse espaço requer dominar a si mesmo. É um espaço que lhe permite descobrir as suas capacidades de ser uma mulher rionegrina, composta por diversos igarapés que temos, de poder driblar as necessidades, internas e externas, e assim mostrar a capacidade de atuar em nome da coletividade”.

Janete Figueredo Alves, do povo Desana (2017 a 2020)

Janete Figueredo Alves, nascida em 4 de junho de 1987, do povo Desana, é filha da senhora Carmem Figueredo Alves, do povo Wanano, e do senhor Ercolino Jorge Araújo Alves, do povo Desano. Eles são naturais de Iauaretê. É mãe de quatro crianças. As atividades mais marcantes foram o XI Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro, a Mobilização do Combate contra Violência, a Campanha “Rio Negro Nós Cuidamos” e a mobilização no combate à COVID-19 com medicinas tradicionais.

Além desses, os projetos aprovados tiveram por objetivo realizar atividades que

pudessem dar continuidade na valorização dos produtos das mulheres para o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, realizar oficinas para contribuir na geração de renda, principalmente para ter como ajuda o sustento às famílias, o filho que está em uma universidade, mandando dinheiro. Os trabalhos artesanais fortalecem as mulheres e dão oportunidade de mostrar a sua cultura e seu conhecimento através da produção indígena.

As exposições promovidas buscaram a valorização dos artesãos e artesãs, dando visibilidade às artes confeccionadas no Rio Negro. A diversidade das artes e matérias-primas retiradas da floresta sem destruir ou causar desmatamento visa o bem viver através da sabedoria da sua ancestralidade. E atuar com criança nunca é fácil, mas desistir jamais. Sou mãe, artesã, agricultora e liderança atuando hoje como Diretora da FOIRN, na representatividade da região COIDI. Como a luta é coletiva, represento os 23 povos indígenas.

Campanha 'Rio Negro, Nós Cuidamos'

A ideia partiu do meu aturá. Compartilhei com a minha colega companheira coordenadora Janete Alves. Falei com ela a ideia que surgiu em pensamentos. A mesma adorou. Ela também já deu ideias de como seria essa campanha e fomos escrevendo: qual é o nome, o que falaríamos, o que pediríamos, se desse certo quem seria os beneficiários e quem poderia nos ajudar.

Num primeiro momento, a ideia era ajudar somente as associações de mulheres que fazem à base da FOIRN. Logo pensamos no desastre que essa pandemia vinha causando em outros lugares e países. Como mulheres, já víamos que as que mais iriam seríamos nós, em virtude que somos as raízes de uma família de uma determinada cultura. A nossa intuição desde o início foi o resguardo da vida, onde a nossa primeira ideia foi confecção de máscara, porque víamos que a máscara era a única prevenção do momento no mundo inteiro.

A outra ideia foi a distribuição de cestas básicas, em virtude de barreiras sanitárias criadas. Assim, os parentes não poderiam vir à cidade adquirir o seu mantimento do dia-a-dia, juntamente com o kit de higiene. Nós da coordenação víamos que as mais vulneráveis do momento eram as famílias que residiam em comunidades indígenas, porque a maior parte do seu sustento era retirada da roça e confecção de vendas de artesanatos. Entre os artesãos e os agricultores, os mais afetados seriam essas famílias, onde o público maior era as mulheres rionegrinas que atuam na confecção de artesanatos e de onde saía o complemento de renda familiar. Tem mulheres que mantêm seus filhos em universidades com essa atividade.

Assim a ideia foi se construindo bem rapidamente, onde a Janete pois o nome de Campanha Numiã, com significado "Campanha das Mulheres". Organizamos o objetivo, a metodologia de como seria feita e para quem seria pensando tudo isso. Resolvemos chamar para dialogar com o senhor presidente o diretor Marivelton, falando da ideia do DMIRN. Assim, o mesmo nos deu todo apoio disponibilizando uma conta específica para arrecadação de doação.

Tivemos apoio do ISA, nas pessoas de Juliana Radell, Raquel Uend e Duce Morais, da USP. Na época, não tinha nenhum caso confirmado de fato. O "Comitê da COVID-19" surgiu no dia 18 de março de 2020, na Casa do Saber da FOIRN. Ele surgiu de outro objetivo, que era uma audiência pública convocada pelo DMIRN/DAJIRN/FOIRN, com o tema "Segurança Pública".

Assim seguimos com a ideia, chamamos para uma conversa a Juliana, do ISA, onde desde a sua chegada, em 2017, veio acompanhando as atividades do DMIRN. Então ela era uma pessoa que assessorava para as ações e atividades realizadas na área de abrangência do DMIRN. Fiz a proposta para que a Raquel pudesse nos ajudar e, através da assessoria, mudamos o nome da campanha para "Rio Negro Nós Cuidamos". Mudamos o objetivo, que não seria só para as associações de mulheres, mas sim para a área de abrangência da FOIRN, envolvendo todas as terras indígenas e famílias. Realizarmos a primeira gravação, com objetivo de fazer o lançamento dessa campanha convidando as diversas instituições para nos ajudar em realizar esse nosso autocuidado com a nossas famílias, onde precisaríamos de ajuda de fora para perpassamos essa atrocidade, pelo menos minimizar esse medo, que era o repasse de informações, comunicados, orientações e o mais essencial na vida humana: o mínimo de alimentação. Sabemos que não foi suficiente para as famílias, mas no momento mais difícil de suas vidas tivemos ajuda para saciar a fome.

Assim fomos para o no sitio de minha família, onde eu e a Raquel pegamos o transporte "taxi carga" para nos levar até o local. Ida e volta, na época, o frete custava R\$ 50: total de R\$ 100. Se localiza na BR-315, Estrada de Cucui, KM-12, onde fizemos conforme a orientação da Raquel, e no acompanhamento de Duce Morais, uma pesquisadora que se encontrava na cidade no momento em virtude da criação da barreira sanitária. Ninguém entrava, ninguém saía. Ela ficou porque os voos foram todos suspensos, então a mesma nos ajudava em nossas ações de organizar a campanha. Esse vídeo teve por objetivo falar de nossas vivências, o modo de vida dos povos rionegrinos, mas que por outro lado, em virtude da pandemia, tem coisas que não soubemos fazer. Iríamos precisar de ajuda para poder juntá-los, assim promover o resguardo das famílias, onde nem nós tínhamos certeza se isso iria dar certo ou fazer efeito em nossas ações, mas a nossa persistência falava mais alto que nós mesmos.

A Janete esteve com a sua família sempre acompanhando, usando seus familiares para gravação do vídeo, onde a coletividade sempre foi a essência do DMIRN. Isso prevaleceu até no momento mais difícil de nossas vidas, que é o cuidado e o autocuidado com a nossa coletividade, principalmente como mulheres que somos. A essência de sermos mães é um sentimento inexplicável, isso foi muito forte entre as mulheres. O cuidado ressurgiu, até a mulher que nunca cuidou de sua família nesse momento a mesma precisou se descobrir, mexer em seu cesto no seu aturá, reacender a sabedoria de sua família, principalmente a revivência dos conhecimentos tradicionais de suas famílias, porque a pandemia reacendeu o amor entre as famílias.

O autocuidado de resguardar vidas de seus familiares foi para além de sua capacidade de amar. Podemos observar como as famílias faziam seu autocuidado uns com outros, fazendo defumação, banhos e até mesmo benzimento de proteção. As que mais faziam isso eram as mulheres. Em vários lugares que íamos víamos as mulheres recolhendo folhas, raízes, sementes e perguntávamos para que era isso. Falaram que era para que a doença possa nos cheirar “pitiú”, quer dizer, pessoas com mau cheiro.

Eu e Janete, desde o início, sempre tivemos uma relação de compreensão, companheirismo, coletividade e de respeito. As nossas ideias sempre tinham objetivos que visavam o bem-estar da mulheres e nós nunca medimos esforços para fazer coisas que visavam a coletividade, principalmente gravar, falar, fazer lives, áudios, escrever. Fazíamos o que estávamos em nosso alcance, para ajudar os nossos parentes, onde desde o início já pensávamos no resguardo de vidas indígenas, principalmente repassar informações para os parentes mais distantes, em comunidades de difícil acesso, os mais vulneráveis, para que os mesmos pudessem se cuidar dessa doença inexplicável. Mesmo antes da chegada da COVID-19 já fazíamos isso. Repassar informações já era rotina, principalmente para a Janete, que acompanhava mais a Rede Wayuri de Comunicação.

Assim, fizemos o lançamento da campanha já em abril. Fui também uma das 50 pessoas de São Gabriel da Cachoeira a estar na lista dos primeiros infectados. Sentimos febre, dor no corpo, mal-estar. Não tínhamos tosse, nem o ato de coriza, graças a Deus e ao benzimento, banho e defumação de proteção feitos pelo meu pai. Depois pedi para uma senhora que se chamava de Dona Verônica, do povo Baré, uma conhecedora das diversas plantas medicinais. Ela fazia muito chá para a prevenção de várias doenças.

Depois do lançamento da campanha, fomos alimentando ela com mais gravação, fizemos live, onde a nossa maior dificuldade foi a internet, nas reuniões virtuais e na dificuldade no uso de aplicativos. As mobilizações e articulações externas eram feitas pela jornalista Juliana Radell, do ISA. A mesma articulava atores, atrizes e empresários para falar com a gente, para pedir apoio deles e de quem os acompanhava em suas redes sociais. Falamos do que estávamos sentindo, como prevenimos. Com a ajuda deles fomos construindo outras linhas de ações, conforme o objetivo, que era combater a COVID-19, na garantia de segurança alimentar, direitos à informação e promoção de saúde para os 23 povos indígenas do Rio Negro. Foi uma iniciativa coordenada por nós, mulheres indígenas da FOIRN, que desde 1987 trabalhamos em defesa de 750 comunidades, e nesse momento delicado não poderíamos pôr em risco a vida dos povos. As nossas ações eram realizadas através de orientações para as famílias indígenas que residiam em nove terras indígenas e para os indígenas na periferia da cidade. A bandeira histórica do Movimento indígena do Rio Negro sempre foi vinculada à terra e a cultura. Com a chegada da pandemia, a luta dos povos indígenas foi pelo direito à vida.

A FOIRN foi protagonista de salvar, guardar vidas, porque todos que estavam nessa instituição não mediram esforços para atuar em nome da coletividade. Os diretores de referência viajavam para os seus territórios com objetivo de distribuição de cesta básica e kit de higiene para as famílias, a comunicação da FOIRN fazia as informações todos os dias através da rádio FUNIA 790. Falava da situação da COVID-19, em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, que é a abrangência da FOIRN.

Além disso, havia equipe médica fazendo orientações de prevenção. A instituição também fez vários convênios com outras instituições em virtude que o presidente da FOIRN fazia parte do Comitê da COVID-19, por isso que nós do DMIRN acompanhávamos bem as situações do momento, porque era o pessoal da FOIRN que estava fazendo o papel do Estado, em virtude que os mesmos não tiveram nenhuma iniciativa de prevenção. Já o DMIRN, ao organizar os kits de higiene, já colocávamos as máscaras junto para seguir para as comunidades, onde era deixado as cestas básicas e os kits.

Como sempre, as mulheres indígenas que vivem na cidade ficaram mais vulneráveis em virtude que elas estavam aculturadas em diversos afazeres, que era trabalhar fora de casa. Com a chegada da COVID-19, foi necessário a sua instalação novamente dentro de sua casa, passando por transformação de adaptação a nova vida, porque aqui a mesma estava acostumada em um contexto totalmente diferente. Tudo é mais difícil. Acabamos também encontrando a violência doméstica que sofremos dos companheiros. As nossas filhas e filhos acabam se prostituindo, até mesmo sofrendo abuso sexual pelos pais e os próprios parentes. "Violência é diferente de cultura, são as falas das mulheres do Rio Negro".

Diante da irresponsabilidade do Governo Federal e a falta de estrutura da SESAI, nós mulheres indígenas do Rio Negro e demais povos indígenas tomamos à frente no combate à pandemia por nossas próprias mãos. As articulações envolveram as instituições que residiam em nosso município, lideranças locais, professores e agentes de saúde indígenas formando o Comitê de Combate à COVID-19, organizando a formação de barreiras sanitárias nas entradas dos territórios, de modo a controlar quem entrava e quem saía. Além disso, as plantas medicinais foram as ferramentas mais usadas na prevenção ao combate ao COVID-19. Nós, mulheres indígenas do Rio Negro, durante a pandemia até agora, continuamos nos medicando, nos resguardando e nos protegendo com os conhecimentos deixados pelos nossos antepassados. Não está sendo fácil, mas não podemos ficar de mãos cruzadas. Precisamos lutar pelas vidas indígenas. Foi por isso que nós, mulheres do Rio Negro, através das campanhas, buscamos arrecadar dinheiro para compras de itens básicos, que deveriam ser o mínimo oferecido pelo Estado, como máscaras, materiais de higiene, EPIs, oxigênio etc. Havia varias campanhas, mas nós, mulheres indígenas do Rio Negro, lançamos a Campanha "Rio Negro, Nós Cuidamos!"

Larissa Ye´ Padiho Mota Duarte, do povo Tukano (2021 a 2022)

A mãe Amaró, Larissa Ye´ padiho Mota Duarte, da etnia Tukano, é natural do Baixo Uaupés, filha do senhor Sebastião Mário Lemos Duarte da Costa, povo Tukano, e da senhora Clara Mota Massa, do povo Desana, indicada pela coordenadoria DIAWI´I (Coordenação das Organização Indígenas do Tiquié, Baixo Uaupés e Afluentes). A mesma foi eleita na VIII Assembleia das Mulheres Indígenas do Rio Negro.

Larissa é do Distrito de Taracuá, da Terra Indígena do Alto Rio Negro, mãe, artesã e cineasta, acompanha às mulheres, visto que sua mãe e seu pai são lideranças dentro de seus territórios, onde os mesmos foram mentores na luta pela demarcação de Terras Indígenas, principalmente a Terra Indígena Alto Rio Negro. Sua mãe é uma das fundadoras da Associação AMIRT (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá), além disso, é artesã ceramista.

“Nós mulheres indígenas do Rio Negro, ao longo dos séculos, enfrentamos diversas violências opressoras do colonialismo, assim como do Estado Brasileiro e suas políticas de desenvolvimento para Amazônia, que sempre desconsideram as vulnerabilidades dos povos tradicionais, em especial as mulheres, sempre mais atingidas pelos problemas sociais, econômicos e culturais.

Lembro-me que na nossa coordenação ao chegar no DMIRN, tivemos oportunidade de dar continuidade nos projetos que vinham sendo desenvolvidos pela gestão anterior, porque esse setor visa a continuidade das ações, assim de podermos ampliar a participação das mulheres do Rio Negro na busca de fortalecimento das mulheres para o bem viver, como por exemplo a continuidade de Projeto da Violência, Projeto Mukaturu, inclusão das mulheres Yanomami e mulheres Hupda nas oficinas promovidas pelo DMIRN, visitando as comunidades mais distantes do município.

E nós, mulheres do Rio Negro, somos compostas por tradições milenares que muitas vezes são o maior tabu de nossas vidas, principalmente quando nos tornamos mães, e de estar em espaços políticos onde muitas vezes é muito doloroso. Somos mais família do que profissional, atuamos com emoção onde muitas vezes não conseguimos distinguir as nossas lutas.

Na coordenação também demos continuidade do primeiro ano de execução do projeto “Juventude e Mulheres indígenas pelo Bem Viver no Rio Negro”, apoiado pelo parceiro Misereor, que nós proporcionou chegar nas comunidades mais distantes do nosso município, assim poder falar para as companheiras a importância do departamento e promover atividades que visam o fortalecimento das mulheres no território. O objetivo geral foi fortalecer a participação da juventude e das mulheres indígenas na implementação dos planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Rio Negro.

O DMIRN, sempre buscou o fortalecimento e o protagonismo de mulheres e jovens a partir da incidência e formação política, intercâmbio de saberes e ações de comunicação que visam o bem viver das mulheres dentro de seus territórios. Além disso, sempre buscamos estímulos à geração de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas de produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e do artesanato indígena, na busca de contribuir para a soberania alimentar dos povos indígenas do Rio Negro, no fortalecimento das ações de valorização cultural a partir das práticas agrícolas e alimentares.

Maria do Rosário Piloto Martins, Dadá do povo Baniwa (2021 a 2024)

Sou Kupunai para os Baniwa e Kuripáko, Maria do Rosário Piloto Martins para os brancos. Para ser sincera, o segundo nome não gosto, pois simplesmente não sei o que significa. Já o primeiro tem um forte significado, tanto cultural quanto espiritual e está de acordo com o meu clã. Nasci na aldeia com nome Wanaliana (em Baniwa), Carará-poço (em Nheengatú) e Nossa Senhora da Assunção, nome dado pelos missionários, localizada em afluentes da margem direita do Rio Negro, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. A década 1980 até a década de 1990 representam os últimos anos em que pude viver e participar com certa frequência de grandes tradições culturais, como o Kalidzamai em Baniwa ou Kariamã em Nheengatú, ou a festa do "Dabucurí com Jurupari", que por força da religião dos brancos foram proibidas.

A "educação Baniwa" iniciei em casa com os meus pais e avós aprendendo a minha língua e minha cultura até os 7 anos de idade. Já a "educação não Baniwa" iniciei com 8 anos na minha aldeia Wanaliana, numa escola salesiana, chamada Nossa Senhora da Assunção, que atendia da de 1ª à 4ª série. Foi nessa escola onde tive o primeiro choque cultural e linguístico ao entrar em contato com a cultura e língua portuguesa. Nesse período os meus professores eram freiras e padres, falantes da língua portuguesa.

Fui obrigada a falar o português e seguir a religião dos salesianos. Não foi fácil, pois a minha língua é muito diferente foneticamente do português, assim como a minha religião. O segundo choque cultural e linguístico que tive foi com 12 anos. Por mandado dos missionários e aceito por meus pais de 2012 a 2015, por não ter Ensino Fundamental na minha comunidade, fui continuar a minha formação de 5ª à 8ª série na Escola Municipal Dom João Marchesi, na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Assim, tive que aprender a língua português, além da minha língua. Na sala de aula eu tinha vergonha de falar perto dos meus colegas porque não sabia falar direito o português. Nesse período, morei na casa do meu irmão mais velho, vivenciei durante quatro anos uma vida fechada, monitorado de manhã, a tarde e de noite para não quebrar as regras propostas pelo meu irmão. Retornava para minha aldeia uma vez por ano e, como forma de pagamento do lugar onde morava (aluguel), meus pais mensalmente mandavam farinha, peixe e frutas.

O ensino dessa época só visava a língua e cultura dos não indígenas, e não havia disciplina que valorizasse a minha cultura e língua, assim como a língua e cultura dos outros povos indígenas. Para mim, foi a fase mais crítica da minha vida, que me marcou profundamente. Mesmo não podendo falar a minha língua e praticar a minha cultura mantive firmemente elas dentro de mim. A minha formação no Ensino Médio novamente foi direcionado pela minha família. De 1996 a 1998, estudei na Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Foi outro choque cultural e linguístico, pois lá convivi com os não indígenas que vinham de outros municípios mais próximos, como Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e até de outros estados. Nesta escola passei por uma experiência de ensino e aprendizagem, ou seja, por uma pedagogia tecnicista, onde preparava os alunos para serem mão-de-obra para o mercado de trabalho, na criação de animais e plantações.

Muitas vezes queria desistir, mas minha mãe não deixava, dizia “minha filha, vai estudar para nos ajudar”. Com muita dificuldade consegui concluir o Curso “Técnico em Agropecuária”, em 1998, com 18 anos. Quando retornei a minha aldeia, iniciei a minha primeira experiência na carreira profissional como professora, dando aulas da disciplina “Técnico Agrícola”, contratado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC). Este curso não me ajudou muito, pois muitas técnicas de aprendizagem não serviram para serem aplicadas na minha região, pois o sistema de produção é diferente.

Nesse mesmo período, também iniciei a minha luta política pelo meu povo, junto a minha mãe Maria do Carmo Piloto que no momento estava como coordenadora da primeira Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana (ACIRI), uma organização que já lutava pelos direitos indígenas da região, cuja sede fora inaugurada em 1987. Esta experiência profissional foi muito difícil, pois como os povos indígenas no Brasil tinham acabado de conquistar seus direitos na Constituição Federal de 1988, conforme os Artigos 231 e 232, de um lado lutavam para que estado brasileiro pudesse ir incorporando os nossos direitos nas escolas, assim como para que a nossa língua fosse respeitada e valorizados os nossos conhecimentos. Por outro lado, eu ajudava a minha comunidade e ao povo da minha região a se organizar para lutar pelos nossos direitos. Por isso, comecei a viajar na minha região e também para São Gabriel e até mesmo para Manaus, com objetivo de participar dessa luta junto com outros povos.

Muitas vezes fui ameaçada de ser demitida pela diretora da escola, que na época era uma freira. Ela me dizia: “ou você obedece o que a escola manda ou ajuda seu povo”. Na época, muitos colegas professores indígenas não se manifestavam por medo de perder o trabalho. Nesse período, consegui implantar pela primeira vez na escola, e com apoio da comunidade e de outros professores indígenas, o ensino das línguas Nheengatu e Baniwa, mesmo sendo as aulas oferecidas uma vez por semana.

Em 2001, depois de ter perdido meu pai, fui fazer experiência vocacional no município de Barcelos. Como sentia muita falta da minha família, no final do ano retornei à São Gabriel da Cachoeira. Em 2002 passei no vestibular para o Curso de Ciências Políticas pela Universidade do Estado do Amazonas. Comecei a estudar pela parte da manhã e a tarde trabalhava para me sustentar. De 2002 a 2003, fiquei responsável pela loja de artesanato da FOIRN; e de 2005 a 2007 fui bolsista no projeto "Roça Tradicional", desenvolvido na comunidade de Assunção do Içana.

Trabalhei também como auxiliar em administração da Associação dos Técnicos de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira (ATESG/DSEI-ARN). Em 2009 e 2010, fiquei como Tradutora Linguística no Curso de Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que era realizada em Manaus no período do recesso escolar. De 2010 a 2011, fui aprovada no processo seletivo para professora substituta na área de Gestão no Instituto Federal do Amazonas - Campus São Gabriel da Cachoeira. Em 2015 e 2016 passei para fazer o Curso de Especialização Lato sensu em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Modalidade Educação Escolar Indígena, oferecido pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Campus São Gabriel da Cachoeira. Nesse período, participei de vários encontros acadêmicos como palestrante e apresentando trabalhos.

A minha trajetória foi constituída entre cachoeiras, montanhas e tempestades. As cachoeiras foram os missionários e missionárias com os quais convivi por muito tempo; as montanhas são os tipos de escolas pelas quais eu passei, e as tempestades são as ideologias destas escolas e universidades. Costumo dizer que sou uma sobrevivente de uma educação ocidental. Só consegui sobreviver no meio dessas cachoeiras, montanhas e tempestades graças à escola Baniwa Kalidzamai, que está me ajudando a carregar comigo a identidade como Baniwa (Mapatse dakenai), como liderança indígena. Muitas vezes sinto que a cada dia que avanço no domínio do mundo branco (graduação e pós-graduação) vou me tornando menos Mapatse-dakenai (Baniwa). Ou seja, mais distante do mundo e da vida Baniwa, mas faço muito esforço para que isso nunca aconteça. E não vai acontecer. Por um lado, as experiências no ensino e em várias outras coisas, como a área administrativa, pesquisa e extensão vividas até hoje estão me ajudando a contribuir melhor na luta do meu povo.

Desde a minha formação no Ensino Médio, Ensino Superior e especialização tenho trabalhado com a educação escolar indígena, línguas indígenas e outros. A minha formação na especialização fez com que meu trabalho tenha se tornado mais eficaz em prol da Educação Escolar Indígena e em benefício das línguas indígenas, no seu ensino, pesquisa e extensão dos curso de formação dos professores indígenas, tanto no âmbito do ensino médio, do Magistério Indígena, do Ensino Técnico, assim como nas instituições públicas onde tenho atuado muito recentemente.

Além disso, tenho contribuído com a discussão e elaboração de materiais didáticos em línguas Nheengatu e Baniwa, assim como no assessoramento da cooficialização das línguas Baniwa, Tukano e Nheengatu, ocorrida em 2002, junto a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. A Especialização realizada no IFAM/SGC também tem me proporcionado uma atuação significativa junto às escolas Baniwa KARIAMÂ e PAMAALI. Em decorrência do conhecimento teórico adquirido, pude ajudar nas construções do Projeto Político Pedagógico e inserção das línguas Baniwa e Nheengatu na Matriz Curricular.

Atualmente, desenvolvo trabalho de documentação e pesquisa para o ensino desta língua. Também desenvolvo discussões sobre a construção de materiais didáticos em língua Nheengatu e em Baniwa para o fortalecimento da identidade linguística na sede do município, assim como para as comunidades falantes dessas línguas. Enfrento dificuldades como agente no fortalecimento e manutenção do Nheengatu nos territórios tradicionais onde a língua é falada, pois há forte deslocamento linguístico, com a substituição pelo português, em função de fatores internos e externos. Com a minha inserção no PROFLIND para realizar o curso de mestrado profissional em linguística e línguas indígenas tenho certeza que irei obter mais suporte teórico e prático que irão subsidiar as minhas atividades técnicas/pedagógicas e científicas no ensino, pesquisa e extensão no campo da linguística para estarem cada vez mais aproximadas do fortalecimento das línguas indígenas do meu povo, assim como dos outros povos do rio Negro do Amazonas e, mesmo de outras regiões do Brasil.

Belmira da Silva Melgueiro, do povo Baré (2022 a 2024)

A mãe Amaró senhora Belmira da Silva Melgueiro do Povo Baré, o seu umbigo é do Distrito de Cucuí, fronteira com Colômbia e Venezuela. A mesma cresceu no sítio Conceição, na TI Cue-Cue Marabitanas. É filha da senhora Davina Hilaria Garrido, do povo Baré, e do senhor Salvador Melgueiro, do povo Baré.

“Desde meus 16 anos participo do movimento indígena nas bases junto com meu tio Candido Melgueiro, já falecido. Depois deixei de participar porque casei e tive filhos. Meu esposo não apoiava e deixei essa luta de lado. Muitos anos se passaram eu vim morar em São Gabriel no ano de 2000. Fui trabalhar na câmara dos vereadores como secretária e, após aquele emprego, me tornei uma pessoa determinada a correr atrás dos meus sonhos.

Como professora fui para sala de aula na comunidade Bom Jesus, na TI Cue-Cue Marabitanas. Fui professora de ensino multi-seriado, onde em uma turma juntava todas as séries, da Alfabetização ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Esse é uns dos grandes desafios dentro de nossas comunidades. Além de ser uma luta, por termos uma educação diferenciada, como mães a nossa preocupação é que as nossas crianças possam percorrer esses dois conhecimentos que visam o bem viver dentro da comunidade e fora dela.

As nossas interculturalidades são capazes de renovar as nossas vivências para além de nossas perspectivas de continuarmos lutando pelos nossos direitos. É por isso que a pauta Educação é um tema em que as mulheres indígenas sempre vêm reivindicando, cobrando de fato a sua implantação diferenciada, onde conforme prescrito na Constituição Federal de 1988, respeitando a nossa diversidade.

E depois fui eleita Conselheira Tutelar por dois mandatos. Tive muitos desafios na época e fiz o que tinha que ser feito: defendi os direitos violados de crianças e adolescentes e mulheres também, que sofriam violência, pois a confiança em mim era grande. Reescrever isso é muito doloroso para mim, por que a violência é uma palavra que mata as crianças, meninas e as mulheres por tragédias invisíveis, ou seja, elas acontecem nas profundezas da escuridão, onde muitas delas não têm uma luz para as protegê-las. Sabemos que isso é muito triste e nos machuca, principalmente para quem acompanha isso. Não pretendo falar muito sobre a minha atuação nesse setor porque estive passando por momentos que ficaram em minhas memórias e, até hoje, ao lembrar, os meus olhos se enchem de lágrimas.

Durante a minha atuação no Conselho Tutelar conheci a diretora Almerinda Ramos de Lima, do povo Tariana, presidenta da FOIRN, essa mulher que me aproximou novamente do movimento indígena, que convidou várias vezes para palestrar nos encontros, oficinas e seminários que eram realizados pela FOIRN. Assim sempre estive interligada com as ações do movimento indígena, principalmente com as suas atividades ocorridas em comunidades indígenas na área de abrangência da FOIRN.

Além disso, o coordenador da CAIARNX de 2017 à 2020, o senhor Pascoal Gonçalves Filho, do povo Baré, ao realizar suas atividades o mesmo sempre pedia para que eu pudesse ajudar ele, principalmente para poder falar e expor sobre direito das crianças, adolescentes, jovens e mulheres. Fico grata pelos convites lançados para o Conselho Tutelar onde os mesmos sempre já requisitavam o meu humilde nome, em virtude que falo a língua Yegatu com as mulheres do Rio Negro. Muitas vezes faço palestras falando nas línguas para que as mulheres com mais de 65 anos possam de fato compreender o que estou falando, sobre as coisas escritas pelo mundo branco, onde nós também somos parte dessas vivências. Assim são costuradas as nossas atividades que visam o bem estar das parentas nas comunidades indígenas. Sabemos que isso não é fácil, mas não podemos cruzar as mãos diante de atrocidades encontradas hoje entre nós.

Em 2019, afastei-me do Conselho Tutelar, muito esgotada. Em 2020 voltei a morar na comunidade, retornando novamente para sala de aula. Como já falei, sempre já bem próximo ao movimento indígena tive o privilégio de ser convidada a participar da Assembleia Regional da CAIARNX.

Já nessa assembleia fui indicada para concorrer ao Departamento das Mulheres pela associação AMIBAI, que é uma associação composta por mulheres indígenas da Terra Indígena Balaio, pois na minha área de abrangência não temos ainda associação de mulheres que fazem parte ativamente do movimento indígena. Ainda é muito difícil uma mulher deixar sua vida tradicional e vim assumir qualquer cargo, principalmente deslocar-se para a cidade. Naquela ocasião, não fui eleita, pois não sabia como funcionava a política do movimento e fiquei como suplente.

Um ano depois, já em 2022 fui convidada pelo meu diretor de referência da CAIARN a concorrer ao Departamento de Educação da FOIRN, onde fui eleita pelo Conselho Diretor por unanimidade e logo deixei a comunidade e vim para sede de São Gabriel da Cachoeira para atuar dentro do Departamento de Educação e Patrimônio Cultural da FOIRN, onde, como sabemos, cada setor ou coordenação tem suas finalidades de funcionamento para assim seguir atuando conforme o objetivo do setor onde fui posta. Mais dois meses depois os Diretores da FOIRN me propuseram um convite e opção para escolher se permanecia ou não no departamento de educação ou no departamento de mulheres, em virtude que a vice-coordenadora estava deixando o departamento por motivos pessoais.

Decidi optar ir para o DMIRN, como segunda coordenadora e, meses depois, veio a nova estruturação do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro-DMIRN, onde segundo essa nova organização ficaria da seguinte forma: teríamos uma coordenadora Executiva do DMIRN, que a mesma iria atuar na sede da FOIRN com as chamadas de articuladoras do DMIRN, vão atuar em suas regiões de abrangências. Em virtude disso, a minha preocupação é enorme atualmente e que ficaria apenas uma coordenadora e o resto articuladora. Hoje sou articuladora. Nesse pouco tempo já aprendi bastante, fiz várias viagens representando as mulheres, mais isso não é o bastante pra mim. Quero mais e vou chegar lá.

Memória dos Encontros de Mulheres Indígenas do Rio Negro

I Encontro de Mulheres Indígenas Rionegrinas, realizou-se em 2002 com objetivo de fortalecer a atuação das mulheres, tendo em vista que não conseguiam se expressarem em português, organizar o trabalho, os conhecimentos e as habilidades femininas e organizar um Departamento de Mulheres Indígenas onde, no dia 27 de janeiro, o Conselho Diretor da FOIRN aprovou a criação do Departamento específico para as mulheres.

II Encontro de Mulheres Indígenas Rionegrinas 2003, teve objetivo de informar as mulheres sobre o Direito da mulher, as Políticas indígenas, as políticas públicas e a saúde da mulher.

III Encontro de Mulheres Indígenas Rionegrinas 2004, em janeiro, teve objetivo de refletir sobre as necessidades das mulheres em relação aos seus projetos de autossustentação, gestão das organizações indígenas, funcionamento regular de uma associação, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), atas das reuniões, eleições das diretorias e tipos de reuniões (ordinárias e extraordinárias).

IV Encontro de Mulheres indígenas Rionegrinas, 2004, em agosto, teve objetivo de discutir os temas de saúde da mulher, cidadania, a questão de gênero e políticas públicas.

V Encontro de Mulheres indígenas Rionegrinas, 2005, em março, teve objetivo de discutir sobre a saúde da mulher, sustentabilidade econômica, Fundo Rotativo e fortalecimento institucional das associações.

VI Encontro de Mulheres Indígenas Rionegrinas, 2006, em março, teve objetivo de comemorar o Dia Internacional da Mulher, discutir estratégias com as mulheres para ampliar a sua participação na elaboração das políticas públicas de saúde e no controle social, visando a melhoria dos serviços de saúde a elas oferecidos. Outros temas foram educação, comercialização de produtos artesanais e direitos sexuais reprodutivos.

VII Encontro de Mulheres Indígenas Rionegrinas, 2008, em novembro, teve objetivo de discutir a situação da organização dos serviços de saúde, visando uma melhor compreensão sobre a realidade reprodutiva e o acesso aos serviços tendo em vista o conjunto das mulheres indígenas no Rio Negro.

VIII Encontro de Mulheres indígenas do Rio Negro, 2009, em dezembro, teve objetivo de fortalecer a participação das líderes femininas indígenas nas instancias de decisões, discutir estratégias com as mulheres indígenas do Rio Negro para ampliar a sua participação na elaboração das políticas públicas de saúde a elas oferecidas.

IX Encontro de Mulheres indígenas do Rio Negro, 2012, em abril, teve objetivo de fortalecer a política do movimento indígena do Rio Negro (Numiã Ukûse).

X Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro, 2013, em setembro, teve objetivo de organizar e fomentar sobre o direito das mulheres indígenas do Rio Negro.

XI Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro, 2018, em abril, com o tema "Mulher Rionegrina, Participação Política, Articulação e Gestão do Território". O projeto responde à necessidade de expor os desafios que as mulheres indígenas vem enfrentando, perante essa sociedade globalizada, com perspectivas de trilhar nos caminhos e alcançar os objetivos desejados por elas, além disso expor as atividades desenvolvidas por elas como produtos da roça, comidas típicas, produções artesanais e também com isso reunir todas as associações de mulheres das cinco sub-regionais que têm por finalidade mostrarem os saberes tradicionais que cada artesã produz dentro da sua associação, juntamente com as coordenadoras do Departamento de Mulheres.

Organizações associadas ao DMIRN/FOIRN

AMIDI (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté),
 AMIRT (Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracúá),
 AMIBI (Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana),
 AAMI (Associação das Artesãs do Médio Içana).
 UMIRA (União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari),
 AMIBAL (Associação de Mulheres Indígenas do Balaio),
 AMIPC (Associação de Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira),
 NUMIMRT (Núcleo das Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquiê),
 ASSAI (Associação dos Artesãos Indígenas – São Gabriel da Cachoeira)
 AAPIRN (Associação Arte Poranga Indígena do Rio Negro – São Gabriel da Cachoeira)
 AMYK (Associação das Mulheres Yanomamis Kumirayôma - Maturacá)
 AMIRN (Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro – São Gabriel Mirim)
 WI (Grupo de Mulheres de São Jorge)
 ACIR (Associação de Mulheres do ACIR)
 ASIBA (Departamento de Mulheres de Barcelos)
 ACIMRN (Departamento de Mulheres do Médio Rio Negro)
 ACIRP (Departamento de Mulheres do Rio Preto)
 ACIBRN (Associação de Mulheres da Comunidade de Itapereira)
 AIDCAJ (Associação de MAMIT (Associação das Mulheres Indígenas dos Tuyukas)
 AHKO 'mulheres da Comunidade de Canafé)
 AIBAD (Associação de Mulheres da Comunidade Bacabal/Barcelos – Rio Aracú)
 AIBRNC (Associação de Mulheres – Couburis/Barcelos
 AIFP (Associação da Comunidade Tapera/Barcelos)
 AMIM (Associação de Mulheres Indígenas de Maracajá)
 OIBV (Organização Indígenas de Bela Vista)
 AMIUM (Grupo de Mulheres do AMIUM)
 NACIB - Núcleo das Artesãs Comunitários Indígenas de Barcelos
 Grupo de Mulheres dos DÃW (comunidade Waruwa)
 Grupo de Mulheres Hupdas (Distrito de Taracúá/Rio Ira)
 Grupo de Mulheres Hupdas (Iauaretê/ Bairro: Vila Fátima)
 Grupo de Mulheres Hupdhe (Distrito de Pari-Cachoeira/Nova Fundação)
 Artesanato Teotônio Ferreira
 Artesãs Autônomas



**Seguir
Lutando**

O Rio Negro é uma região soberana, onde reina o tapete verde. É uma região amazônica brasileira bastante diversa, onde as mulheres são as mais belas das raízes. Como já sabemos, as mulheres sempre estiveram presentes nas lutas. A sua participação é pouco visibilizada na sociedade, principalmente no contexto social dos povos do Rio Negro, durante o processo de demarcação na Cabeça de Cachorro, entre 1997 e 1998. As mulheres são as guardadoras dos conhecimentos tradicionais do Rio Negro, são como laboratórios vivos onde tudo circula diariamente em suas veias, conforme o seu contexto social.

As suas vozes aos poucos foram sendo ouvidas. A sua capacidade de organizar aos poucos foi fazendo a diferença no espaço conquistado por elas. As suas ações como mulheres foram criando laços de amizades onde aos poucos as correntes foram se ampliando cada vez mais, atravessando barreiras que foram impostas pela sociedade, porque para nós, mulheres indígenas, as fronteiras não existem. Somos o Sol que brilha para todos, somos a Lua que clareia a escuridão.

Assim, o DMIRN nos proporcionou mostrar que nós, mulheres rionegrinas, estávamos certas que pudéssemos cuidar da nossa coletividade, ajudar os homens a enfrentar a diversas atrocidades que os povos do Rio Negro vinham sofrendo. Que queremos dar as mãos e seguir sonhando com dias melhores, onde o coletivo pudesse prevalecer entre nós.

NOVA ESTRUTURAÇÃO DO DMIRN 2022

- **Diretora de Referência: Janete Alves**
- **Coordenadora Geral: Cleocimara Reis Gomes**
- **Auxiliar administrativo: Luciene Alves**
- **Articuladora CAIMBRN: Cristine Victoria Campos**
- **Articuladora NADZOERI: Madalena Fontes Olímpio**
- **Articuladora CAIBARNX: Belmira da Silva Melgueiro**
- **Articuladora COIDI: Odimara Ferraz Matos**
- **Articuladora DAWI'Í: Maria das Dores Azevedo Barbosa**





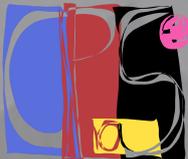
Observatório da Violência
de Gênero no Amazonas



FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



**Procuradoria Especial
da Mulher**



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Este livro é um esforço de passar para o papel a memória das minhas vivências e das de outras mulheres indígenas rionegrinas no dia-a-dia do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN), organização feminina da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN). Eu sou Elizângela da Silva Costa, do povo Baré. Eu nasci e cresci no meio da cultura. O que escrevo aqui são vivências; todas guardadas no meu aturázinho, no meu cesto de conhecimentos. E agora, uma parte delas escritas neste papel.



UFAM



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

